RELATÓRIO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2004

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

19 de Novembro de 2003

Design e impressão: Imprensa Oficial do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

RELATÓRIO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2004

Índice

Governo da Região Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2004

INTRODUÇÃO 9

PRIMEIRA PARTE

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2003 11

1. Continuidade nos trabalhos de Reforma Administrativa e progressos significativos nos serviços prestados ao público 12
2. Aceleração dos passos de recuperação e emergência de um novo panorama económico pleno de vitalidade 13
3. Intensificação de relações com o exterior e concretização progressiva dos projectos de infra-estruturas 14
4. Solidariedade de toda a população na campanha de prevenção da epidemia / Harmonia e estabilidade social 15
5. Em conclusão 17

SEGUNDA PARTE

Prioridades da acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2004 21

1. Aprofundar a Reforma Administrativa e construir uma sociedade justa 22
2. Promoção do desenvolvimento económico e optimização da estrutura industrial 25
3. Tirar partido das oportunidades proporcionadas pelo Acordo CEPA e impulsionar a cooperação regional 28
4. Preparar a Reforma Educativa e impulsionar o desenvolvimento humano 30

TERCEIRA PARTE

Evoluir com os tempos e coordenar o desenvolvimento 35

CONCLUSÃO 41

Índice

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2004 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

——— Síntese ———

Área da Administração e Justiça 46

Área da Economia e Finanças 55

Área da Segurança 63

Área dos Assuntos Sociais e Cultura 69

Área de Transportes e Obras Públicas 77

Comissariado contra a Corrupção 85

Comissariado de Auditoria 89

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2004

——— Síntese ———

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2004 (Síntese) 93

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2004

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Linhas de Acção Governativa Ano Financeiro de 2004

Chefe do Executivo Ho Hau Wah
19 de Novembro de 2003

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,
Excelentíssimos Senhores Deputados:

Em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, venho hoje apresentar, em cumprimento da Lei Básica, a esta nobre Assembleia reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2004.

Introdução

Sob a égide dos princípios "um país, dois sistemas", "Macau governado pelas suas gentes" e alto grau de autonomia, a Região Administrativa Especial de Macau, ultrapassados os difíceis desafios e duras provas, acumulou experiências úteis, conquistou resultados e adquiriu capacidades para a realização de projectos.

Macau, ao longo deste ano, entrou numa nova fase de desenvolvimento. A população unida nos seus propósitos, logrou vencer a ameaça da Síndroma Respiratória Aguda Severa (SRAS). O Governo, com os trabalhos de prevenção da epidemia, ganhou novos conhecimentos no âmbito da sua experiência de governação e demonstrou capacidade para efectuar os necessários ajustamentos em relação às políticas anteriormente traçadas, face às contingências de momento. Ainda assim, os objectivos centrais do Governo, nomeadamente a abertura económica e a reforma administrativa, não foram descurados. Pelo contrário, foram alcançados novos progressos e novos êxitos. A adopção de medidas preventivas, o alto grau de cooperação, a articulação das tarefas, a avaliação atempada e o aperfeiçoamento contínuo, foram qualidades que o Governo soube demonstrar na sua governação neste último ano. Esses resultados são o fruto da interacção e cooperação entre o Governo e a sociedade.

O Governo tem como missão servir a população. Na tomada de qualquer decisão política, o Governo deve ganhar a adesão da opinião pública, procurando garantir que a sua acção corresponda aos interesses da população e que seja executada com sucesso. Este é um princípio fundamental que norteia a actuação do Governo, tanto no passado, como no presente e no futuro. Nas políticas traçadas para o próximo ano, iremos continuar a privilegiar as acções que melhor sirvam os interesses da população, dando prioridade aos projectos de maior relevância. Ao mesmo tempo, iremos canalizar esforços na resolução de outras questões, na definição racional das prioridades, no reforço da articulação entre as várias políticas sectoriais e na complementaridade das diferentes forças sociais. Iremos promover medidas para libertar as forças criativas da sociedade, com vista a dar um maior espaço aos agentes sociais com sentido de responsabilidade, espírito empreendedor e capacidade de inovação. O Governo, sustentado pela opinião pública, irá dar novo alento aos trabalhos em curso, aperfeiçoando os aspectos menos conseguidos da sua acção, dedicando especial atenção na melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Administração e assegurar que os ideais e os objectivos da política governativa estejam sempre presentes em todas as suas actividades.

Primeira Parte

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2003

Senhora Presidente,
Senhores Deputados,

Permitam-me que comece por fazer uma breve retrospectiva da actuação do Governo da RAEM no ano de 2003.

1. Continuidade nos trabalhos de Reforma Administrativa e progressos significativos nos serviços prestados ao público

Neste último ano, foi dada continuidade à reforma da Administração Pública, conforme o plano definido. Lançámos projectos-piloto em várias áreas de serviços públicos, tendo alcançado progressos significativos. "A boa ferramenta faz o bom operário". Com vista a consolidar os resultados já alcançados e para atingir um patamar de excelência mais elevado no próximo ano, realizámos um grande volume de trabalhos preparatórios no domínio dos recursos humanos e materiais, nomeadamente o aceleramento da revisão do regime jurídico da Função Pública e o desenvolvimento do "Governo Electrónico".

Para dar resposta às exigências relacionadas com o desenvolvimento da economia e as necessidades sociais de maior premência, o Governo instituiu o serviço "Loja do Cidadão--Agência Única" para o licenciamento de estabelecimentos de comidas e bebidas. Esta medida veio a permitir uma maior celeridade na tramitação administrativa dos processos para acesso ao mercado pelos operadores do ramo. O serviço "Loja do Cidadão" tem as suas bases consolidadas no âmbito do Registo e Notariado e está a ser estendido a outros tipos de serviço. Por outro lado, o programa "Carta de Qualidade" está já a ser aplicado, embora com níveis diferentes de execução, em todos os organismos que prestam directamente serviço ao público. Nas áreas onde ainda não existem condições para a implementação dos serviços "Loja do Cidadão" e "Carta de Qualidade", procurámos optimizar os procedimentos administrativos e elevar a sua eficiência, de modo que a população seja beneficiada com os frutos da reforma.

No presente ano, a colaboração activa da população contribuiu para que fosse possível ao Governo alcançar resultados no âmbito dos trabalhos de prevenção epidémica e Saúde. Esta colaboração veio injectar nova força ao Governo, facilitando a sua inserção nas comunidades com vista a oferecer novos serviços. Esta relação de cooperação é testemunho de que a reforma e o aperfeiçoamento da Administração Pública são ideais e propósitos comungados pela Administração e pela sociedade em geral. A melhoria constante da qualidade dos serviços prestados pela Administração depende fundamentalmente de uma boa articulação entre o Governo e a sua população.

Em 2003, as actividades de combate à corrupção e as de auditoria prosseguiram de forma vigorosa. Os trabalhos destas duas áreas contribuíram de forma eficaz para a correcção de irregularidades e a repressão de infracções disciplinares. Essas acções revelaram-se indispensáveis para a defesa dos valores de justiça e racionalidade no procedimento

administrativo e constituem uma garantia para o sucesso da reforma administrativa.

2. Aceleração dos passos de recuperação e emergência de um novo panorama económico pleno de vitalidade

No decurso deste ano, em resposta à melhoria da conjuntura económica interna e externa, o Governo continuou a empenhar-se no aperfeiçoamento das condições da actividade comercial. A elaboração e a revisão do primeiro pacote de diplomas legais relativos à Lei do Comércio Externo, a optimização gradual dos serviços administrativos e uma maior circulação de informações industrial e comercial, estimularam a vontade de investir dos empresários e aumentaram a sua confiança para a expansão das actividades. Por isso, os investimentos registados na RAEM durante este ano mantiveram uma tendência de crescimento estável, com especial relevância nos investimentos do exterior relacionados com os serviços "offshore". Também foi possível constatar uma progressiva recuperação do mercado imobiliário.

Embora Macau tenha sido afectada pelos efeitos da SRAS, a indústria do turismo e do jogo continuou a apresentar resultados positivos, graças a factores externos e ao esforço desenvolvido pelo Governo e pelos vários sectores da sociedade. Após o termo do surto da epidemia, a indústria do turismo alcançou melhores resultados e com a promoção da política de "visto individual", o mercado turístico registou uma grande expansão durante o período dos feriados nacionais do mês de Outubro. Até finais de Outubro, o número de turistas quase atingiu o nível registado no ano transacto e as receitas do sector do jogo apresentaram um aumento significativo que trouxe benefícios a vários ramos de actividades conexos. As perspectivas comerciais destes sectores são promissoras.

Neste último ano, o volume de exportação e importação em Macau foi relativamente satisfatório. É de salientar que no segundo trimestre, período atingido pelos efeitos da SRAS, muitos sectores foram severamente abalados. Mesmo assim, o desempenho do sector de exportações e importações manteve-se estável, o que contribuiu para o desenvolvimento constante da economia, ao longo do ano. Esta realidade pôs em evidência a importância da manutenção de um tecido industrial diversificado.

Não obstante a grande ameaça causada pela epidemia, o serviço de aviação civil conseguiu dar uma resposta eficaz às exigências da situação, logrando também aliviar os efeitos da quebra de passageiros. Para além disso, o serviço de aviação civil conseguiu aumentar o volume de carga transportada, tendo, por isso, obtido resultados satisfatórios. Acompanhando o crescimento deste ramo, o sector logístico encontra-se em franco desenvolvimento e a penetração no mercado do Oeste de Guangdong conheceu novos avanços.

O Governo da RAEM mantém-se firme na continuidade da política de estabilidade do sector financeiro. No que respeita à fiscalização das actividades bancária e seguradora, foram adoptadas várias medidas com vista a assegurar a normalidade e o desenvolvimento saudável do mercado financeiro. Na sequência de um período de ajustamentos e de expansão nos

últimos anos, o sector bancário conseguiu de um modo geral anular os efeitos nefastos da crise, caminhando gradualmente para a recuperação.

Considerando o desempenho relativamente satisfatório do sector do jogo, do turismo e de outros sectores, e os resultados de recuperação global da economia, estamos em condições de, com base nos índices positivos obtidos no ano que está a findar, prever que o PIB da RAEM continuará a manter uma tendência de crescimento.

3. Intensificação de relações com o exterior e concretização progressiva dos projectos de infra-estruturas

Em 2003, o Governo da RAEM continuou empenhado no fomento da cooperação com o exterior. Para além de ter desenvolvido esforços no aprofundamento da integração da RAEM com a China Continental e outras regiões vizinhas, reforçou ainda a cooperação com outros países, em especial com os países de expressão portuguesa.

O Governo tem atribuído grande importância ao desenvolvimento das relações com a China Continental, nomeadamente no aceleramento da integração económica com a região do Delta do Rio das Pérolas, e no reforço da cooperação em outras áreas, com vista a alcançar o objectivo de uma partilha justa de recursos e a complementaridade das vantagens. Neste contexto, o"Grupo de Ligação para a Cooperação entre Macau e Guangdong" tem um papel fulcral na coordenação e promoção das iniciativas. Durante o período da ameaça epidémica, o mecanismo de cooperação entre os dois territórios conseguiu manter um funcionamento eficiente, o que em muito contribuiu para a troca de informações, o intercâmbio de saberes e a realização de acções conjuntas de prevenção. A cooperação nos diversos domínios, nomeadamente, turismo, segurança, cultura, saúde, infra-estruturas e ambiente entre Macau e Guangdong alcançou resultados significativos de níveis diferentes. O sucesso da "Feira dos Produtos Afamados do Oeste de Guangdong" representa uma oportunidade para Macau de se afirmar como plataforma de apoio logístico para as actividades comerciais da região Oeste de Guangdong. O projecto conjunto da criação do "Parque Industrial Transfronteiriço Macau/ /Zhuhai" irá contribuir para o desenvolvimento da indústria transformadora de Macau. O lançamento dos trabalhos preparatórios para a construção da Ponte "Hong-Kong – Zhuhai – -Macau", irá acelerar o processo de integração económica das três regiões. A acção da "Comissão de Ligação Comercial do Interior do País e da RAEM" produziu os seus primeiros resultados, mormente no que respeita à eliminação da dupla tributação.

Em Outubro, foi realizado com êxito o "Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países Lusófonos". Este evento lançou as bases para uma nova fase de desenvolvimento das relações de cooperação entre a Pátria e os países lusófonos e, simultaneamente, contribuiu para elevar o estatuto de Macau no plano internacional. O sucesso desta iniciativa resultou na afirmação da vocação de Macau enquanto plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de expressão portuguesa. Neste mesmo mês, foi também assinado o "Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre

a China Continental e Macau". A assinatura deste Acordo irá produzir efeitos profundos e trazer benefícios concretos, nomeadamente na promoção das facilidades comerciais e da cooperação económica entre o Continente e Macau e no aceleramento da optimização da estrutura das indústrias locais.

Para melhor responder às necessidades originadas pelo desenvolvimento de Macau e pela cooperação regional, vários projectos de infra-estruturas de grandes dimensões estão sendo executados a um ritmo acelerado. A construção do edifício principal do novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco está praticamente concluída e a política de transferência de circulação de veículos para a fronteira do COTAI – Ilha da Montanha, adoptada no princípio deste ano, obteve resultados satisfatórios; a construção da terceira ponte Macau – Taipa já arrancou e os trabalhos estão a decorrer a bom ritmo. Os trabalhos relativos a medidas no âmbito de transportes transfronteiriços, que irão assegurar a ligação de Macau à região do Delta do Rio das Pérolas, vão entrar na fase de concepção.

As obras dos vários pavilhões desportivos e das instalações complementares para os Jogos da Ásia Oriental 2005 estão sendo executadas em cumprimento dos calendários estabelecidos, sob um rigoroso controlo de qualidade e segurança. Enquanto que certos pavilhões estão já construídos, outras instalações vão sendo concluídas gradualmente. O ordenamento de vários bairros, nomeadamente S. Lázaro, Ponte e Horta, NAPE e Barra, prossegue com normalidade e deu-se início à reconstrução do Porto Interior. As obras de remodelação da cidade de Macau estão sendo, gradualmente, lançadas. O arranque generalizado de todas essas obras irá estimular a procura interna, proporcionando, assim, um maior número de postos de trabalho para o sector de construção civil.

4. Solidariedade de toda a população na campanha de prevenção da epidemia / Harmonia e estabilidade social

Durante a primeira metade deste ano, à semelhança de outras regiões vizinhas, Macau foi confrontada com a ameaça iminente da SRAS. Esta ameaça constituiu, sem dúvida, um duro teste para a RAEM – estabelecida há poucos anos e cuja economia se encontrava em vias de recuperação. No entanto, com o sólido apoio da Pátria, associado à unidade de propósitos e de esforços do Governo, dos profissionais de saúde e de toda a população, conseguimos vencer o desafio deste mal, alcançando resultados satisfatórios nesta primeira fase de combate.

Extraímos ensinamentos úteis nos trabalhos de luta contra a epidemia. Em primeiro lugar, o Governo conseguiu estabelecer, em tempo oportuno, mecanismos de resposta inter-departamentais comandados pelos titulares dos principais cargos, o que permitiu uma clara articulação de responsabilidades em todo o sistema de combate à epidemia, com capacidade para funcionar de forma organizada, rápida e eficaz. Soubemos tirar partido das condições endógenas favoráveis e reforçámos as nossas ligações e contactos com a Organização Mundial de Saúde, a China Continental e Hong Kong, obtendo a sua colaboração solidária em diversas áreas, designadamente nos recursos médicos, intercâmbio de técnicas e saberes e trocas de informações. Os profissionais de saúde, inspirados pelo espírito de dedicação de Florence

Nightingale, lançaram-se aos trabalhos de prevenção com total entrega. Eles souberam em todos os momentos guardar uma atitude científica de rigor, mantendo-se, com coragem, nas fileiras da primeira linha de combate, em defesa da saúde e bem-estar da população. Mas, o mais importante ainda é o apoio incondicional que o Governo obteve da população, no âmbito da prevenção. As instituições da sociedade civil ofereceram voluntariamente os seus préstimos para colaborar com o Governo; cidadãos de quadrantes e profissões diferentes apresentaram com entusiasmo e criatividade ideias e sugestões; foram desenvolvidas campanhas de limpeza em diversos bairros, sendo de assinalar melhorias visíveis nas condições de higiene de várias zonas da cidade; notou-se, também, uma maior consciencialização da população para as necessidades de higiene e asseio e uma maior coesão social.

Face aos efeitos nefastos causados pela epidemia na economia de Macau – uma economia virada para o exterior, logo que se constatou um abrandamento dos riscos, o Governo, organizou, através de várias entidades e serviços, e em colaboração com instituições da sociedade civil e estabelecimentos comerciais, diversas campanhas de grande escala, destinadas a estimular o consumo interno, atrair um maior número de visitantes a Macau e restabelecer a confiança da população e dos investidores. A participação activa das associações e dos cidadãos nessas actividades, associada a uma conjuntura externa favorável, uma revitalização do mercado doméstico e a rápida tendência crescente dos indicadores do sector dominante de Macau foram factores determinantes para a clara retoma da economia. A adesão maciça dos cidadãos contribuiu para aumentar os seus conhecimentos sobre Macau e fortalecer o seu sentimento de pertença.

A preocupação com as condições de vida da população e a assistência às camadas desfavorecidas constituem linhas de orientação política que o Governo continuará a prosseguir de forma convicta e inabalável. Ao longo deste ano, o Governo adoptou várias medidas de assistência especial destinadas às famílias vulneráveis e aos estudantes carenciados, designadamente no domínio da redução e isenção fiscais. Os organismos públicos, após estudadas as diferentes características e necessidades dos cidadãos, e tendo em conta a tendência do desenvolvimento social, continuaram a organizar diversas actividades nas áreas de saúde, desporto, arte, cultura e recreio. Esses organismos procuraram oferecer serviços sociais adequados, nomeadamente os que têm por destinatários as crianças, os jovens, os idosos e as famílias. A tranquilidade social e a harmonia entre as pessoas continuam a ser os valores predominantes da sociedade de Macau.

A educação é uma área prioritária da acção governativa. Os estabelecimentos de ensino superior conceberam novos cursos talhados para responder às necessidades locais, de entre os quais se destacam cursos para reforçar a capacidade linguística e outras acções destinadas a promover a investigação científica. No domínio do ensino básico, o processo de revisão do sistema educativo entrou na fase de consulta pública. Todos os profissionais da área de educação e a população que se interessam pelo progresso do ensino de Macau estão a contribuir com as suas opiniões construtivas. Os cursos organizados no âmbito da educação contínua e formação profissional constituem medidas eficazes para a optimização dos recursos humanos.

5. Em conclusão

Em 2003, o Governo adoptou medidas especiais para responder às situações de crise. Essas situações difíceis puseram em prova as capacidades administrativas do Governo e estimularam a sua vontade para o aperfeiçoamento contínuo. Em momentos críticos, o Governo conseguiu reordenar os recursos existentes e reorganizar os mecanismos vigentes, de modo a garantir uma maior eficácia das suas acções. Nós soubemos fazer face às situações de urgência, reduzindo ao mínimo os efeitos negativos acessórios das medidas provisórias e o seu impacto desfavorável noutros trabalhos. Esta experiência deixou marcas indeléveis no nosso modo de ver e sentir as coisas e foi convertida em lições de grande actualidade, úteis para a nossa governação futura. Porém, tudo o que foi dito anteriormente não passará de palavras ocas se não soubermos manter a perspicácia de compreender, com rapidez, os pequenos sinais indicadores dos fenómenos sociais. Esta é uma exigência que os dirigentes e demais agentes da Administração são obrigados a ter sempre presente.

Nestes últimos anos, o Governo tem vindo a adoptar medidas de apoio de curto prazo para melhorar as condições de vida da população e estimular a economia. Contudo, a companha de prevenção da epidemia e o conjunto de trabalhos com ela relacionados determinaram que essas medidas de curto prazo ganhassem um significado relevante no seio das acções governativas. Procurámos conjugar as medidas de curto prazo com as tarefas de longo prazo e articular as acções de excepção com o trabalho quotidiano, promovendo a sua complementaridade. Esta postura tem por fim tirar partido da execução de medidas de curto prazo para acelerar a realização de objectivos específicos da política governativa de longo prazo. A concepção dessas medidas provisórias foi uma experiência que enriqueceu os nossos saberes que em última análise, irão ser úteis para o aperfeiçoamento contínuo de outros trabalhos. A sociedade está em permanente mutação, dando, a todo o momento, origem a novas situações. Podemos então afirmar que, de certo modo, as providências de curto prazo fazem parte também da actividade normal do Governo. Na verdade, as providências de curto prazo representam uma força motriz para o aperfeiçoamento das acções governativas e constituem experiências-piloto úteis para ser aproveitadas enquanto referências para as acções de reforma.

Durante este ano de governação, o desempenho da maior parte dos funcionários públicos merece ser reconhecido: os que estavam na primeira linha das acções de prevenção da epidemia demonstraram excepcional zelo e total entrega, e os outros que, directa ou indirectamente, deram o seu contributo para a realização dos objectivos, responderam prontamente às solicitações sem descurar as suas tarefas quotidianas. Nestes quase quatro anos após o regresso de Macau à Pátria, os funcionários públicos ganharam uma maior consciência das exigências dos tempos presentes e da sua própria missão. Eles passaram a ter uma visão mais abrangente e clara dos objectivos das suas funções, e por isso, compreendem com maior acuidade as dificuldades e as necessidades dos cidadãos, oferecendo-se para lhes dar maior apoio. As suas posturas, métodos de trabalho e eficiência registaram melhorias visíveis. Os dirigentes e demais agentes da Administração começaram a adquirir uma maior sensibilidade para as

questões sociais e perspicácia política, revelando maturidade no domínio das políticas governamentais, razão pela qual conseguiram fazer traduzir, com maior eficácia, os conceitos e objectivos políticos nas suas acções. Nós compreendemos perfeitamente que para formar um corpo de funcionários públicos de elevada qualidade é preciso percorrer um longo caminho, cujas metas não podem ser atingidas de um dia para outro. No entanto, os funcionários públicos investiram grandes esforços para cumprir as suas responsabilidades profissionais e em acções de auto-valorização, e aprenderam com as suas experiências. Hoje, embora ainda hajam aspectos que podem ser melhorados, constatamos uma mudança de mentalidades na sua actuação, um aproveitamento mais inteligente das suas experiências e a aplicação de metodologias inovadoras nos seus trabalhos. Esses funcionários constituem hoje um corpo de homens e mulheres em permanente auto-aperfeiçoamento, ao serviço da população.

Todavia, nem o Governo, nem os funcionários devem contentar-se com os resultados alcançados, pois, sabemos que o tempo não espera por ninguém. Por cada segundo que passa, somos confrontados com as mais variadas transformações, pelo que os resultados ora alcançados não servem para ocultar as insuficiências, nem são garantia de êxitos futuros. Por isso, não devemos nunca transformar os sucessos de hoje em obstáculos que venham a criar limites à nossa capacidade de realização. Todos os funcionários públicos, e em especial, os dirigentes e as chefias, têm a obrigação de possuir uma perspectiva de conjunto e uma visão estratégica virada para o futuro. A classe dirigente deve, a todo o momento, manter uma consciência de risco para, em circunstâncias complexas, não perder o rumo da sua missão e saber tomar com audácia as decisões mais correctas na resolução dos grandes desafios sociais. Assim, com coesão reforçada, seremos capazes de lançarmo-nos nas tarefas de reconstrução após a ocorrência desses acontecimentos. Na definição das políticas a executar, a primeira linha de preocupação do Governo recai sempre nas condições de vida dos cidadãos e das suas aspirações, porque elas constituem um estímulo para os nossos esforços de os servir melhor. Devemos procurar inserirmo-nos na vivência dos diversos sectores sociais para compreender melhor as genuínas necessidades da população e não apenas conceber políticas abstractas, longe da realidade das suas vidas. Para além de auscultar a opinião da comunicação social, devemos ouvir com humildade a voz do cidadão comum. Iremos alargar a utilização dos mecanismos de consulta existentes e explorar outras vias de auscultação de opinião, promovendo a sua complementaridade, para efeitos de uma recolha abrangente e oportuna de informações sociais. Precisamos de compreender e ter em consideração os anseios e aspirações das diferentes comunidades, de modo a proporcionar-lhes melhores serviços, evitando a ocorrência de atritos sociais. Na ponderação das questões, há que elevar o nível de análise, partindo do particular para o geral, da abordagem meramente técnica para um grau mais conceptual, fazendo subir a constatação de um incidente social para uma visão política global. Há que estabelecer metas viáveis para a realização de serviços úteis para a população e não encobrir as lacunas com trâmites burocráticos ambíguos e incompreensíveis, nem utilizar resultados obtidos na execução de trabalhos menos importantes para disfarçar as insuficiências nos trabalhos essenciais. Não se deve também fazer uso do sucesso em trabalhos de fachada para ocultar as faltas em trabalhos que exigem eficácia real. As políticas a definir não se reduzem a meras palavras de ordem, porque as pessoas exigem resultados concretos. Desde o retorno

de Macau à Pátria, constata-se um aperfeiçoamento das políticas a executar, e algumas áreas cinzentas na Administração foram clarificadas em tempo oportuno. Tudo isto foi conseguido graças a uma postura de colaboração inter-serviços, pondo de lado todas as preocupações de defesa de interesses corporativistas. O espírito de equipa que existe nos funcionários públicos deve ser elevado de um nível de simples coordenação operacional para um nível em que as pessoas comungam e partilham todos os momentos de glória e assumem colectivamente as consequências das suas falhas, de um nível de cooperação funcional para um patamar de sintonia de propósitos. Nos serviços, o pessoal dirigente e as chefias devem exigir mais de si próprios e ser justos e tomar a iniciativa de se interessar pelos seus subordinados. Devem também assumir um comportamento exemplar para que a sua orientação dos trabalhos seja compreendida e respeitada.

Os princípios e as exigências que acabo de mencionar, uns já foram preliminarmente conseguidos, outros não estão tão bem consolidados e ainda existem alguns que carecem do nosso maior empenho. Seja como for, não devemos estar satisfeitos com os resultados alcançados, nem são admissíveis retrocessos, porque apenas elevando continuamente o profissionalismo, a qualidade do desempenho, a capacidade intelectual e os valores éticos de todos os funcionários públicos, é que o Governo deixará de ser refém de condicionalismos exógenos e factores conjunturais de momento. Só assim é que nós poderemos manter um bom nível de serviço, prevenir situações de crise, enfrentar com eficácia qualquer incidente negativo e superar as mais variadas dificuldades no processo de governação, pagando o menor preço. Só assim é que podemos ir ao encontro das expectativas da população.

Segunda Parte

Prioridades da acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2004

Senhora Presidente,
Senhores Deputados,

1. Aprofundar a Reforma Administrativa e construir uma sociedade justa

O ano 2004 será o ano de aprofundamento, em todos os níveis, da reforma da Administração Pública. Desde o retorno de Macau à Pátria, o Governo tem vindo a adoptar um conjunto de políticas de reforma, com vista a responder às expectativas da população em relação aos serviços públicos. Muito embora essas políticas tenham, no seu todo, alcançado resultados que mereceram o reconhecimento da população, subsistem aspectos pontuais que exigem ser aperfeiçoados, com vista a garantir o seu desenvolvimento, com sucesso, a longo prazo. As políticas executadas à pressa e carentes de uma suficiente ponderação, podem dar origem a novos problemas ou situações de correcção exagerada. Este é um facto que merece a nossa atenção. Ao preocuparmo-nos com o aperfeiçoamento de certos serviços, é possível que estejamos a descurar os problemas de outros serviços. A oferta de um serviço mais qualificado por certos departamentos pode não obter a necessária colaboração de outros departamentos. As mesmas políticas aplicadas em departamentos diferentes, poderão originar resultados diferentes. Algumas políticas até podem ser perfeitas na nossa opinião, mas, na realidade, a população pode não ter o mesmo entendimento. Por isso, consideramos que as acções de reavaliação e de reajustamento das reformas são fundamentais para a consolidação das suas bases. Essas acções são essenciais para elevar a qualidade de todo o processo de reforma, servindo também para evitar que o Governo, para atingir os objectivos traçados, siga por caminhos tortuosos.

As medidas de reforma que deram provas da sua eficácia e com menos efeitos secundários serão alargadas. Da análise das exigências manifestadas pela população e pela sociedade, concluímos que é preferível uma reforma sistemática e regulamentada a uma reforma dispersa e incoerente. As reformas incidindo em serviços particulares e áreas pontuais, devem dar lugar a uma reforma geral, aplicável a todos os serviços. As reformas insensíveis às preocupações humanas e que se limitam a meras alterações procedimentais, devem evoluir rumo a um tipo de reforma mais atenta ao pormenor e ao elemento humano. As reformas em algumas áreas devem evoluir de um modelo tradicional de passividade, em que os serviços respondem face a solicitações da população, para um modelo pró-activo em que esses tomam a iniciativa de se aproximar das necessidades dos utentes. Devemos, também, avaliar com rigor científico a eficácia das acções da reforma, procurando evitar o dispêndio de energias desnecessárias e elevar as capacidades de auto-renovação de todos os agentes do processo da reforma. Para além da reforma das estruturas, devemos consolidar o espírito de coesão de todos os funcionários, para que as suas capacidades possam ser testadas e avaliadas. Assim, tanto os cidadãos, como os funcionários serão os verdadeiros beneficiários da reforma. Tudo o que acabei de referir faz parte dos trabalhos prioritários que o Governo tem delineado para o próximo ano, no âmbito da reforma administrativa.

Em 2004, a reforma jurídica será prosseguida a um ritmo acelerado, tendo em conta as condições existentes e sempre na salvaguarda da sua qualidade. Devemos adoptar medidas regulamentares cujos efeitos sejam quantificáveis e medidas de simplificação de procedimentos, com vista a eliminar os obstáculos técnicos que impedem o bom andamento da reforma jurídica. Iremos criar mecanismos de consulta sobre a reforma jurídica destinados a aproveitar a sabedoria e a alargar a base de consenso da sociedade. Devemos construir uma visão global da reforma jurídica, de forma a articular os trabalhos das diferentes áreas de Direito, reduzindo as eventuais incompatibilidades que possam existir entre elas, sem descurar as necessidades de aperfeiçoamento dos serviços oferecidos pela Administração e as medidas prementes necessárias para melhorar a qualidade de vida da população. A nossa reforma jurídica terá que acompanhar a evolução dos tempos e reflectir as transformações sociais. Esta reforma deve preservar a uniformidade do sistema jurídico e garantir a sua estabilidade ao longo dos tempos. Considerando o objecto e o grau de complexidade da reforma jurídica nesta presente fase, e à grande insuficiência de recursos específicos necessários à sua execução, poderemos correr o risco de sacrificar a qualidade na tentação de procura de resultados rápidos. Um conjunto de diplomas de má qualidade é prejudicial para a sociedade e anularia a satisfação de uma apresentação pronta de um trabalho feito, podendo até causar danos irreparáveis, tanto no presente como no futuro. Acreditamos que a população tem capacidade para compreender esta realidade e irá continuar a apoiar a opção do Governo de seguir uma via cautelosa, mas firme, nas reformas. A obra de reforma jurídica que temos à nossa frente comporta uma dimensão jamais igualada na História de Macau. Assim, iremos ser claros e coerentes na nossa exigência de acelerar os trabalhos de reforma em todas as áreas em que é possível apressar os passos, não admitindo demoras e atrasos.

A defesa dos valores de justiça constitui a pedra basilar do primado da lei e vai ao encontro das aspirações da população. A vida da sociedade tornou-se mais complexa com o consequente aumento de factores que propiciam a prática criminal. Por este motivo, a segurança não é uma área de intervenção que podemos dar-nos ao luxo de dedicar menor atenção. Iremos investir todas as nossas energias no aperfeiçoamento do desempenho das forças policiais, melhorando a sua gestão e reprimindo os fenómenos de corrupção existentes no seu seio. É nossa política reforçar a aplicação justa do regime de prémios e punições e promover agentes com relevante contributo na resolução de casos. Queremos transformar as forças policiais num corpo de agentes com moral elevado, motivado para usar todas as suas capacidades na repressão e combate à criminalidade.

A recuperação económica irá produzir fenómenos de aliciamento para a prática do crime de corrupção, pelo que devemos intensificar as nossas acções de prevenção e investigação desses comportamentos, não deixando que nem um infractor comprovado deste crime escape às malhas da lei. O combate eficaz da corrupção e um comportamento ético fundamentado na honestidade e integridade são essenciais para a construção de uma sociedade justa. O combate da corrupção não se restringe apenas às acções da área judiciária, pois é uma componente relevante do progresso humano. É nossa obrigação alargar a nossa base de apoio no seio da

população para assegurar que os valores de honestidade e integridade constituam uma força moral de grande potência, para efeitos de repressão eficaz de todos os fenómenos de corrupção.

O valor de justiça social, para além de se traduzir no espírito da legalidade, também deve estar presente no combate aos fenómenos de miséria, por forma a proporcionar assistência aos mais desfavorecidos. Esta assistência comporta uma vertente material e uma vertente humana. Esta é uma área que, no âmbito da acção do Governo, representa um desafio a conquistar. O Governo continuará a manter uma estreita colaboração com as instituições da sociedade civil e irá mobilizar as sinergias dos organismos de solidariedade social do exterior para prestar auxílio aos mais carenciados, aos doentes, aos jovens marginalizados, às vítimas de violência doméstica e a todos os outros que, por alguma razão, são vítimas de outros males ou se encontram em situação de risco. Estamos todos empenhados para que essas pessoas venham a ter condições para se reintegrar na sociedade e readquiram uma visão optimista quanto ao futuro. Não iremos poupar esforços para investigar e proceder criminalmente contra os autores de crimes de ofensa à integridade física das pessoas. Estamos empenhados em combater com vigor o fenómeno da violência e garantir que as suas vítimas recebam adequada protecção. O Governo, tendo em atenção as carências dos mais necessitados, irá tomar medidas para alargar, de forma adequada, a cobertura dos serviços de assistência social. Nós iremos conjugar os nossos esforços com a população para que as acções de higiene pessoal e saneamento básico integrem a primeira linha de defesa contra as doenças, elevando a qualidade geral do sistema de saúde pública. Iremos concertar as nossas iniciativas para prevenir a ocorrência de doenças contagiosas com as tarefas de segurança pública, a fim de construirmos uma comunidade saudável e segura. Com vista a assegurar os interesses públicos e a imagem da cidade, o Governo irá ser implacável na repressão de crimes de burla, nomeadamente os casos de "conto do vigário" que têm por vítima os turistas e as fraudes para a obtenção de benefícios sociais. O Governo, através de vias justas e institucionais, irá apoiar na resolução dos problemas resultantes da relação de procura e oferta no mercado de trabalho. Não iremos, nunca, tolerar que a mão-de-obra ilegal venha a prejudicar os interesses legítimos dos trabalhadores locais.

O espírito de bem servir nos tempos modernos fundamenta-se na capacidade de se antecipar aos acontecimentos e na capacidade de agarrar as oportunidades em tempo útil. As acções governativas destinadas a melhorar a qualidade de vida da população, para além de ter como objectivo a resolução das suas dificuldades momentâneas, devem também procurar antever o rumo da evolução das situações a partir da análise do mais ínfimo sinal. Devemos saber generalizar as conclusões resultantes do estudo de um caso isolado e prever a cadeia de consequências a partir de uma situação pontual. Só assim podemos aperfeiçoar e elevar, de imediato, a qualidade dos serviços prestados. Se nos faltar a presciência, apercebendo-nos do problema apenas no momento em que a situação atinge um patamar irreversível, então, seria demasiado tarde. Isto eventualmente poderá fazer com que o Governo deixe escapar uma oportunidade singular, com prejuízos também para os interesses da população.

2. Promoção do desenvolvimento económico e optimização da estrutura industrial

O turismo e o jogo, enquanto indústria dominante da RAEM, tem sido, nestes últimos anos, a principal força que está a alimentar o crescimento da economia local. No próximo ano, o Governo procurará alargar os efeitos desta força. Com o aparecimento de factores positivos no mercado externo, nomeadamente a implementação da política de "turismo de visto individual", prevê-se que o número de visitantes a Macau se mantenha a um nível satisfatório. A gradual concretização dos projectos de investimento das empresas do sector do jogo e a conclusão de grandes obras de infra-estruturas do sector de turismo irão contribuir para o aperfeiçoamento do equipamento físico da área do jogo e do turismo. Se é verdade que registamos um aumento dos factores positivos, as oportunidades só batem à porta daqueles que estão preparados. Para isso, o Governo da RAEM, acompanhando de perto a evolução da situação, irá promover activamente a optimização das condições para o exercício de actividades empresariais. Neste contexto, o Governo da RAEM irá envidar, com pragmatismo e seriedade, maiores esforços na elaboração, aperfeiçoamento e execução de diplomas, na simplificação dos procedimentos administrativos, na formação de quadros profissionais, na consolidação e alargamento de mercados, na optimização e incremento de recursos turísticos, na promoção e expansão da cooperação regional e na prevenção e combate de irregularidades. Nos próximos anos, iremos concentrar a nossa atenção na expansão e no investimento nas áreas de turismo de convenções e turismo de negócios, e o Governo irá manter uma cooperação eficaz com os agentes destes sectores e também com as regiões vizinhas. O Governo irá reforçar a coordenação com os sectores e instituições da sociedade civil, e irá estimular a força empreendedora da população para que as sinergias reunidas possam produzir maiores efeitos, resultando numa maior eficiência e desenvolvimento da nossa indústria dominante. Ao mesmo tempo, o Governo irá investir na ampliação da força motriz da indústria dominante para que se converta em efeitos que possam estimular o crescimento dos ramos a ela conexos, designadamente hotelaria, venda a retalho, transportes e sector financeiro. Pretendemos com essa política revitalizar o sector de serviços.

É certo que o desenvolvimento acelerado da indústria dominante contribui para o crescimento da economia local, mas este desenvolvimento traz igualmente grandes desafios à nossa capacidade de resposta. Temos que saber, em tempo oportuno e de uma forma profunda, se os nossos recursos humanos e materiais estão aptos para responder às rápidas mudanças da conjuntura. Por isso, o Governo irá investir nos estudos e na análise das questões, para avaliar com objectividade, as capacidades do território em proporcionar os serviços necessários para a realização dos eventos e definir as estratégias correctas. Devemos manter o nosso sentido de alerta para evitar a prática de actos de curta visão, motivados apenas pela ânsia de alcançar resultados rápidos ou atitudes de indiferença, sem vontade de aperfeiçoamento. Devemos ter a consciência de que a boa qualidade dos serviços e um mercado turístico saudável são factores cruciais para o desenvolvimento sustentado do sector dominante

de Macau, pelo que o Governo irá conjugar esforços com os agentes desses sectores para promover o seu desenvolvimento.

A optimização da estrutura industrial está estreitamente relacionada com o desenvolvimento sustentado de Macau, o suficiente emprego dos cidadãos e a estabilidade e prosperidade da sociedade. Por isso, é nesta área que o Governo irá dedicar maior atenção. A par do apoio prestado ao desenvolvimento do sector dominante, o Governo encontra-se igualmente empenhado em apoiar o desenvolvimento saudável da indústria transformadora e de outras indústrias tradicionais. Com o forte apoio da Pátria, o projecto da "Zona Industrial Transfronteiriça Macau/Zhuhai" irá obter autorização do Governo Central, pelo que, dentro em breve, serão plenamente lançadas as obras de construção das infra-estruturas e de elaboração dos respectivos diplomas. Este projecto desfrutará das vantagens resultantes da aplicação do princípio "um país, dois sistemas", e irá contribuir para a complementaridade dos pontos fortes de Macau e Zhuhai. Esta evolução é favorável para o desenvolvimento e a elevação do nível das indústrias transformadoras de Macau, para a captação de maiores e mais prestigiados investimentos estrangeiros, com efeitos positivos na optimização da estrutura industrial e no emprego dos trabalhadores locais. Para além de elevar a qualificação das indústrias tradicionais, o Governo da RAEM continuará a empenhar esforços no apoio e na formação de novos ramos de actividade com potencialidades. O serviço "offshore" é uma das actividades introduzidas nestes últimos anos com melhores resultados. O Governo irá apoiar o desenvolvimento estável deste novo sector, através do lançamento de melhores e mais eficazes serviços de captação de investimentos e de acompanhamento, e ainda, da oferta de incentivos fiscais, sem descurar a fiscalização do cumprimento rigoroso dos diplomas reguladores. O Governo irá criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento das indústrias de protecção ambiental e das indústrias médica e farmacêutica em concertação com o prémio "The Champion of the Earth" e a candidatura para o título de "Cidade Saudável". Nestes últimos anos, foram igualmente notórios os progressos realizados nos domínios do serviço logístico e aviação civil e da indústria de convenções, pelo que o Governo continuará a dar atenção e apoio ao seu crescimento. O Governo irá envidar esforços no sentido de tornar as novas indústrias com potencialidades de desenvolvimento em exemplos de sucesso e agentes catalizadores de crescimento económico, concretizando a diversificação adequada das indústrias e proporcionando mais oportunidades de desenvolvimento à juventude.

O Governo tem sempre valorizado o contributo das pequenas e médias empresas locais. No futuro, iremos continuar a prestar o necessário apoio, para que as pequenas e médias empresas possam acompanhar o desenvolvimento de Macau. No próximo ano, a par de intensificar a optimização das condições do mercado, o Governo dará continuidade aos três programas de apoio financeiro às pequenas e médias empresas, encorajando os jovens a desenvolver projectos empresariais. O Governo, através de acções no domínio económico, comercial, de ciências e tecnologias, de gestão, de informação e de penetração de mercados estrangeiros, irá reforçar o apoio às pequenas e médias empresas.

Assegurar postos de emprego em número suficiente à população de Macau continuará a ser a prioridade das acções governativas da RAEM para o próximo ano. Podemos verificar

que, com a melhoria do ambiente económico, a situação de emprego em Macau manteve-se basicamente estável. No entanto, não houve notícias positivas relevantes no que diz respeito ao desemprego estrutural originado pela conversão estrutural das indústrias, sendo os trabalhadores de meia idade e com nível de instrução mais baixo os mais afectados por esta realidade. Por isso, o Governo continuará a valorizar as políticas laborais eficazes, no sentido de assegurar o emprego aos trabalhadores locais, e também irá adoptar medidas específicas no próximo ano. O Governo irá ainda intensificar e aperfeiçoar os trabalhos de formação pré-profissional e profissional, no sentido de elevar a competitividade dos recursos humanos locais, sendo de destacar o reforço da relação intrínseca do binómio formação/emprego. O Governo irá apoiar fortemente a concretização do projecto do "Parque Industrial Transfronteiriço" no sentido de criar mais postos de trabalho dentro do mais curto espaço de tempo. Além disso, uma maior divulgação atempada das informações sobre o mercado de emprego e uma correspondência acertada entre os que procuram trabalho e os postos oferecidos constituirão responsabilidades a atribuir à Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego. O Governo irá envidar esforços para auxiliar os trabalhadores locais a auto-valorizar-se rapidamente, a fim de que estejam aptos para ocupar postos nas obras privadas e públicas, partilhando o desenvolvimento e progresso com a RAEM. Por outro lado, com vista a responder às necessidades de desenvolvimento, o Governo irá, através dos trabalhos da "Comissão de Recursos Humanos", assegurar uma adequada importação de quadros qualificados e de trabalhadores-não-residentes necessários.

Para efeitos de um desenvolvimento equilibrado da sociedade e o aperfeiçoamento dos sistemas de segurança social e fiscal, o Governo, após uma avaliação rigorosa da sua capacidade para suportar encargos financeiros, decidiu ampliar a cobertura do sistema de segurança social para abranger também os trabalhadores por conta própria dos ramos de construção civil, pescas e transporte de carga. Com esta medida, o número de contribuintes do Fundo de Segurança Social passará a representar 70% da população activa. Assim, o serviço oferecido pela Segurança Social de Macau tornar-se-á mais abrangente. O Governo, para assegurar o justo equilíbrio entre a taxa máxima do Imposto Complementar de Rendimentos e a taxa máxima do Imposto Profissional e para promover mais investimentos, irá apresentar à Assembleia Legislativa, no primeiro semestre do próximo ano, a proposta de revisão do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, visando a redução da sua taxa máxima.

Com vista a conciliar as exigências do desenvolvimento económico com as necessidades de qualidade de vida da população, o Governo irá intensificar os trabalhos de planeamento urbano, implementando, de forma programada, os projectos de construção de infra-estruturas. O Governo, de acordo com as características e condições dos bairros comunitários, irá acelerar as obras de ordenamento e embelezamento urbanos, empenhar-se no aperfeiçoamento das infra-estruturas e instalações complementares nos novos bairros e irá incluir na sua agenda o plano de reconstrução dos bairros antigos. Em resposta à emergência de novas indústrias, o Governo irá afectar mais terrenos para facilitar o seu desenvolvimento. O Governo, no respeito das cláusulas contratuais reguladoras, irá desenvolver esforços para que a produção de energia seja mais compatível com as necessidades de crescimento económico.

3. Tirar partido das oportunidades proporcionadas pelo Acordo CEPA e impulsionar a cooperação regional

A RAEM, devido à sua economia de pequena escala, tem uma relação de dependência com o exterior. Devido a esse condicionalismo, não devemos adoptar um modelo de desenvolvimento fechado, sem capacidade de resposta à situação conjuntural externa. Esta opção não é viável nem é desejável. Olhando para a situação actual da China e do exterior, constatamos que a cooperação regional tem alcançado um maior progresso, face ao contínuo desenvolvimento da globalização económica. Tendo em conta o peso do factor China, é de assinalar o aceleramento da construção da "Zona de Comércio Livre China-ASEAN"; o Delta do Rio Yangtze destacou-se na concorrência entre os diferentes blocos de integração regional do Continente Chinês e o Grande Delta do Rio das Pérolas – onde Macau está inserido – ganhou uma nova relevância na cooperação regional. Com a evolução da conjuntura e o aperfeiçoamento das nossas vantagens, a RAEM irá lançar-se nos trabalhos de integração regional, ampliando os resultados concretos da cooperação.

O Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau, assinado no mês transacto, proporcionou novas e importantes oportunidades à RAEM, bem como condições mais favoráveis para a nossa participação na cooperação regional. O Acordo CEPA, assente no quadro da Organização Mundial de Comércio, traduz-se num desenvolvimento criativo das nossas condições privilegiadas resultantes da concretização do princípio "um país, dois sistemas". É neste quadro que será acelerada a integração económica entre Macau e o Continente Chinês, com vista a um salto qualitativo, a bem do progresso de Macau. Tirando partido de maiores facilidades de investimento comercial e de uma mais ampla liberalização do comércio de mercadorias e serviços, os empresários e profissionais de Macau terão maior capacidade para promover as exportações e serviços tradicionais para um mercado vasto e dinâmico que é a China Continental. Desta forma, mais investidores estrangeiros virão a Macau para desenvolver projectos conjuntos com empresários locais, com vista a penetrar no mercado do Continente Chinês. Este processo terá o apoio activo do Governo da RAEM, nomeadamente nos domínios prioritários, incluindo a promoção de produtos de valor acrescentado, bem como o estabelecimento e a divulgação da marca "Made in Macau". Com a implementação gradual do Acordo CEPA, prevemos que a optimização e o reajustamento estrutural das indústrias de Macau serão acelerados para pôr em evidência a nossa vocação e o papel intermediário de plataforma regional de serviços comerciais.

Para concretizar a política "estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos", e promover a cooperação e complementaridade e o desenvolvimento regional, importa que sejam abertos novos rumos com uma atitude pragmática e lançar projectos cujos efeitos possam ser ampliados, tendo em atenção os condicionalismos geográficos existentes. Considerando as necessidades e potencialidades de cooperação regional, será acelerada a nossa integração com a economia do Grande Delta do Rio das Pérolas, especialmente com Zhuhai e a zona Oeste da Província de Guangdong. Esta política deve ser a prioridade da nossa cooperação com o exterior. A construção e o

desenvolvimento do "Parque Industrial Transfronteiriço", bem como a aceleração da cooperação comercial com a zona Oeste da Província de Guangdong, não só respondem às necessidades do actual desenvolvimento económico, como também nos ajudam a dominar melhor os procedimentos de cooperação regional. Essas acções permitem-nos retirar ensinamentos das experiências no aproveitamento das condições privilegiadas resultantes da aplicação do princípio "um país, dois sistemas" e estendê-las para um domínio mais amplo de cooperação. Poderemos tirar partido das vantagens singulares no plano linguístico, relações inter-pessoais e ligações históricas, bem como do apoio total da Pátria, para ultrapassarmos as limitações territoriais que restringem a nossa cooperação com os países de língua portuguesa e os empresários chineses dispersos no mundo. O Governo da RAEM também promoverá o intercâmbio comercial e os laços estreitos que nos unem às diferentes regiões do Continente Chinês, países e territórios da Ásia, Europa e Estados Unidos de América. No desenvolvimento desta relação de cooperação, é-nos exigida uma atitude pragmática assente no crescimento em quantidade e na atenção à qualidade, sendo esta última a exigência fundamental. Com base neste princípio, procuraremos testar novos conceitos de cooperação e potenciar os seus efeitos, tendo em conta as contingências conjunturais. Para que esta abordagem dê resultados, o Governo e a sociedade civil devem valorizar as potencialidades resultantes da articulação da nossa singularidade com as vantagens da China, tirando partido das oportunidades oferecidas pelo Acordo CEPA para desenvolver projectos de cooperação com o exterior. Em seguida, devemos começar a considerar, seriamente, a possibilidade de prosseguir gradualmente a cooperação, a vários níveis, com a zona Oeste da Província de Guangdong, a região do Sudoeste e os países de ASEAN, nos próximos anos, em conjugação com a estratégia de consolidação da "Zona de Comércio Livre China-ASEAN". Assim, Macau será um dos membros e beneficiados desta iniciativa.

A construção da "plataforma de serviços comerciais para a zona Oeste da Província de Guangdong", "plataforma de apoio ao intercâmbio e cooperação com os empresários chineses dispersos no mundo" e "plataforma de apoio à cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa", tem por fim concretizar a política "estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos". A nossa meta é desenvolver as vantagens comparativas de Macau e fomentar o desenvolvimento da indústria de serviços. Esta política tem a adesão da população em geral e é, por isso que os trabalhos preliminares do processo de constituição destas plataformas têm decorrido de forma eficiente. Actualmente, a nossa prioridade é acelerar a conjugação do papel destas três plataformas com as oportunidades oferecidas pelo Acordo CEPA. É através desta combinação que lançaremos as sementes para a emergência de uma força motriz mais potente para o desenvolvimento. A par disso, considerando as características destas plataformas, o Governo da RAEM irá atribuir uma maior atenção para acelerar a sua consolidação, empenhando-se de forma séria e activa. Iremos desenvolver acções e esforços coordenados no âmbito da reforma do regime jurídico e apoio administrativo, técnico e informativo. Iremos acelerar a construção das infra-estruturas de serviços intermediários e garantir a oferta de serviços de melhor qualidade pelos departamentos competentes da área económica e comercial e organismos especializados.

Para fazer face às necessidades de desenvolvimento económico e da cooperação com o exterior, no próximo ano, será aumentado o investimento na construção de infra-estruturas de comunicações, visando não só um aperfeiçoamento acelerado das instalações complementares de comunicação marítima, terrestre e aérea, como também à articulação do sistema de comunicação local com a rede e o plano de desenvolvimento da região. Por outro lado, procuraremos dar por concluídas, dentro do mais curto tempo possível, as obras do Novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e impulsionar a construção da terceira ponte Macau-Taipa, sob uma fiscalização rigorosa de qualidade e segurança na execução das obras. O Governo irá dar pleno apoio aos trabalhos preparatórios das obras da ponte Hong Kong--Zhuhai-Macau e do troço de ligação a Macau da auto-estrada Pequim-Zhuhai.

De salientar que neste processo o Governo desempenha um papel orientador e de apoio. O desenvolvimento pleno do papel das plataformas de serviços depende dos esforços da população e dos diferentes sectores da sociedade. Apoiamos e encorajamos, por isso, as empresas e os cidadãos de Macau a participar neste processo. Eles poderão assumir o papel de intermediário entre as pequenas e médias empresas da Pátria e as dos países de língua portuguesa e de outros países. Também podem estabelecer relações de parceria comercial ou cooperação estratégica, com vista a impulsionar as suas próprias actividades. Tendo em consideração as experiências dos empresários locais que se aventuraram na projecção das suas actividades para o exterior, o Governo concederá maior apoio no âmbito de prestação de informação, avaliação de riscos e formação de recursos humanos.

A meta final da cooperação regional é garantir um progresso comum e alcançar um sucesso que traga benefícios para todos as partes. Para que esta meta seja atingida, importa que tiremos pleno partido dos frutos da cooperação e que contribuamos activamente para a integração regional. Prevemos que a maior parte dos sectores de Macau retirará benefícios desta cooperação regional, mas, há que reconhecer que, eventualmente, alguns sectores ou empresas poderão cair em dificuldades. Porém, acreditamos que estes sectores e os cidadãos irão trabalhar com afinco para fazer face aos desafios, tendo em conta os interesses globais. É certo que o Governo não deixará de coordenar as várias medidas e prestar-lhes o apoio necessário. Por outro lado, devido à emergência de novas situações e tecnologias, é provável que o papel intermediário, tradicionalmente assumido pela RAEM, possa vir a ser enfraquecido, pelo que, temos de potenciar e ampliar as vantagens do factor "recursos humanos" – um elemento insubstituível. Só assim seremos capazes de criar condições favoráveis, e só assim Macau pode assegurar que o seu papel de intermediário possa ter continuidade, de forma sustentada.

4. Preparar a Reforma Educativa e impulsionar o desenvolvimento humano

Com a recuperação económica de Macau, temos uma consciência mais profunda que as mais valias humanas constituem uma componente essencial. Da avaliação do panorama, chegámos à conclusão que as nossas mais valias humanas já não correspondem às necessidades do desenvolvimento geral da sociedade, nem a qualidade dos nossos recursos

domésticos estão em condições para responder às exigências de intercâmbio com o exterior. O nível dos nossos valores éticos também não é compatível com a complexidade de um mundo em mutação constante. Para colmatar essas lacunas, a educação é um instrumento fundamental. A educação é, neste contexto, o primeiro e o último meio, pelo que não iremos alijar as responsabilidades neste domínio.

A educação é um factor decisivo na determinação da qualidade das pessoas, da qualidade da nossa sociedade e da qualidade do nosso Governo. A determinação do que é correcto e o que é errado e do sucesso ou o fracasso de um empreendimento está dependente da avaliação da qualidade das coisas, pelo que também está dependente da educação. O êxito dos trabalhos, mesmo que sejam realizados com a melhor das intenções, sob orientações claras e com um planeamento correcto, em última análise, depende da qualidade do factor humano, que tem por base a educação. Os recursos humanos qualificados têm um papel fulcral no aperfeiçoamento das coisas, mas a ausência de qualidade nas pessoas, só pode contribuir para degradar aquilo que antes era bom.

A Educação em Macau, incluindo o seu sistema e o seu modelo de desenvolvimento, tem qualidades que passaram o teste dos tempos. Nos últimos anos, face aos desafios colocados pela sociedade moderna, muitas escolas decidiram actualizar os seus conceitos pedagógicos, reajustar os seus programas e redefinir as suas estratégias. Todas essas acções reflectem a sua opção irreversível pela reforma educativa. Tendo presente esta tendência, o Governo entendeu ser, hoje, o momento oportuno para avaliar e rever o sistema educativo de Macau, a bem do progresso desta terra e o bem-estar da população e das gerações vindouras.

A nossa política de reforma educativa, para além de assentar na tradição de liberdade de criação de escolas, irá atrair a vinda de elementos progressistas, com vista a elevar a qualidade do ensino em geral. Tanto no ensino superior como no ensino não-superior, cabe-nos articular de forma orgânica todas as componentes e agentes do sistema educativo, designadamente os estudantes, pais, administradores escolares e professores, o processo de inscrição de alunos, o ingresso escolar, os programas escolares, as actividades pedagógicas, os exames, o aproveitamento e acesso escolar para atingir a meta final de elevação da qualidade de conhecimentos e valores humanos dos estudantes. Iremos tomar medidas adequadas para oferecer mais alternativas de escolha aos pais e estudantes e estimular a concorrência das escolas. Iremos também subir os padrões de exigência no acesso ao ensino superior, a fim de garantir que os estudantes sejam de boa qualidade. Iremos recrutar docentes qualificados dotados de adequadas habilitações superiores e experiência académica. Também iremos prosseguir um modelo pedagógico flexível e dinâmico para desenvolver a capacidade intelectual dos alunos. Iremos lançar medidas destinadas a melhorar o parque informático de aplicação pedagógica e promover o desenvolvimento do ensino por meios informáticos. O plano pedagógico dará importância aos hábitos de leitura. Iremos promover nas disciplinas curriculares o hábito da leitura para despertar o interesse dos alunos pela leitura ao longo de toda a sua vida. A par disso, o Governo irá promover a "localização" do conteúdo curricular, a começar pelo ensino pré-escolar até ao ensino superior. Os estabelecimentos do ensino superior devem fazer esforços para se aproximar dos níveis de excelência das instituições académicas

internacionais e investir nas acções pedagógicas e de investigação da sociedade local. O Governo irá promover a generalização de conhecimentos científicos e incutir nos estudantes uma postura de aprendizagem fundamentada no rigor e na objectividade, estimulando as suas capacidades criativas e imaginação. Assim, pretendemos que o pensamento científico esteja mais enraizado no ensino, para que os seus frutos possam ser estendidos para toda a população, contribuindo para elevar a qualidade da sociedade.

O Governo irá tomar medidas para aliviar os encargos dos pais resultantes da escolaridade dos seus filhos. Também iremos dar apoio aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, nomeadamente os provenientes de famílias monoparentais em condições precárias, garantindo, assim, a todos a oportunidade e o direito de acesso ao ensino. Desta forma, mais jovens dotados de potencialidades, mas carentes de condições, poderão prosseguir os estudos. Entendemos que há necessidade de estudar e analisar os factores que impedem a aprendizagem do aluno, avaliando as razões do abandono escolar, a fim de definir estratégias eficazes para eliminar este fenómeno. Por outro lado, iremos harmonizar e conjugar a formação profissional e a educação contínua, com vista a transformar Macau numa cidade vocacionada para a permanente aquisição de conhecimentos e saberes.

A generosidade, o multiculturalismo, a tolerância e o entendimento constituem, por excelência, os valores humanos que caracterizam a nossa sociedade. Macau, no contexto da Pátria e da Ásia, é conhecida como uma cidade em que a solidariedade entre as pessoas está imbuída em todas as vivências e relações, e esta é uma das razões porque muitos escolheram esta terra para viver, crescer e desenvolver. É também por esta razão que todos os anos muitos do exterior nos vêm visitar. Temos a obrigação de dar continuidade e irradiar esta tradição. Para tal, a educação é certamente um ponto de partida. Por isso, iremos desenvolver acções para garantir que esses valores estejam presentes desde o nível de ensino pré-escolar até ao ensino superior, desde o ensino básico à educação contínua. Só quando toda a sociedade ganhar consciência do carácter essencial desses valores, é que estaremos em condições para encontrar soluções viáveis aos problemas sociais, incluindo os problemas dos jovens e adultos. Só assim é que estaremos armados para resistir às provações, e só assim é que teremos capacidades para ultrapassar os escolhos de percurso, conquistando a vitória final.

Em relação à juventude de Macau, acreditamos que muitos jovens têm grandes potencialidades que ainda não foram devidamente exploradas em razão de condicionalismos fora do seu controlo. Alguns, devido às condições objectivas menos favoráveis, não tiveram a oportunidade de desenvolver as suas potencialidades, o que os coloca na sombra ao longo deste período da sua vida. É nossa obrigação incentivar os nossos jovens a cultivar interesses por actividades saudáveis, estimulando o seu gosto pela Ciência e por outros saberes. Os problemas dos jovens, parte tem a sua origem em factores que se prendem com a sua pessoa e, parte é causada pelos adultos. Nós somos a favor da colaboração família/escola, do estreitamento de relações pais/filhos, e para tal, iremos organizar actividades recreativas e culturais que têm os jovens como destinatários. Esta é uma forma de os adultos assumir as suas responsabilidades para com os jovens. Pensamos que, cabe aos adultos dar o primeiro passo hoje, começando por abrir mais espaços para os jovens demonstrar as suas capacidades,

oferecendo-lhes oportunidades para realização de projectos. Só assim é que esses jovens poderão ter um futuro. Só assim é que poderão ser pessoas úteis para a realização de interesses colectivos. Não devemos impor aquilo que entendemos ser as necessidades dos jovens como se fossem essas as suas reais aspirações, muito menos fazer sacrificar os seus interesses para satisfazer os nossos desejos. No convívio com os jovens, devemos dar-lhes orientações em vez de ordens, dar-lhes conselhos em vez de reprimi-los, dar-lhes carinho em vez de ignorá--los. É esta a responsabilidade duma sociedade aberta que valoriza o humanismo e uma obrigação irrecusável do Governo.

Macau é uma cidade cultural cheia de vitalidade, com características próprias que põem em evidência o seu presente moderno e o seu passado histórico. A combinação de todos esses traços singulares faz com que ela seja uma terra que atrai muitos visitantes. As actividades culturais de Macau comportam uma vertente espiritual e uma vertente material, conjugando a utopia e a realidade, a coesão interna e a abertura para aceitar experiências novas. A riqueza das vivências pessoais acompanha e integra uma cultura multifacetada e colorida. A política cultural do Governo deve potenciar essas características únicas.

A fim de expandir os horizontes culturais da população, despertando-lhe o interesse pela cultura, iremos incentivar os cidadãos a participar em actividades culturais. Procuraremos introduzir uma componente cultural na cadeia de transmissão de conhecimentos, elevando as faculdades de apreciação estética da população. Acreditamos que os frutos dessas acções constituirão um estímulo motivador aos nossos agentes culturais para elevar a qualidade das suas obras. No ensino curricular, iremos tomar medidas para institucionalizar as disciplinas de Arte e Cultura, com vista a lançar as primeiras sementes destinadas à emergência de futuros artistas. A par da organização de eventos artísticos virados para o grande público, iremos também promover iniciativas artísticas de pequena escala nos bairros comunitários, abrindo assim oportunidades para integrar as forças criativas nas vivências comunitárias. Essas actividades constituem elementos caracterizadores da nossa abordagem cultural assente no binómio alta cultura/cultura plural. Iremos promover a interacção e a relação de complementaridade entre eventos para o grande público e iniciativas artísticas de pequena escala. Iremos aproximarmo-nos das entidades e organizações culturais populares para auscultar as suas necessidades e conceder-lhes apoios. Iremos também ouvir, com atenção, as recomendações e conselhos avisados dos agentes culturais de Macau e alargar o campo de interesse de todos os apreciadores de arte. Tudo isto contribuirá para integrar as artes na sociedade.

Na sequência da abertura de Macau ao exterior, a abertura para a organização de actividades culturais tem um papel relevante neste processo. Iremos abrir espaço para que actividades culturais, artísticas e desportivas internacionais de temática e modalidades diferentes possam ter lugar e desenvolver em Macau, enriquecendo de forma profunda a cultura desta terra. Iremos recrutar, ao exterior, docentes, peritos de grande mérito e investigadores que se especializaram na História e Cultura de Macau. Pretendemos com essas acções elevar as condições profissionais dos nossos agentes culturais, fazendo aproximar as suas obras e realizações de padrões mais elevados de exigência qualitativa e encurtar a distância do nível

de eventos de Macau do de eventos culturais internacionais. Também devemos atribuir a devida atenção aos fenómenos de desequilíbrio no desenvolvimento cultural. Iremos dar um maior impulso ao desenvolvimento de estudos filosóficos, literários, históricos e arqueológicos, teoria da arte e crítica literária. Macau precisa de um desenvolvimento cultural global de alto nível, e este desenvolvimento deve fundamentar-se numa sólida base científica.

Estamos a aproximarmo-nos da data de realização da 4a. edição dos Jogos da Ásia Oriental. Este importante evento irá dar um impulso decisivo ao desenvolvimento desportivo de Macau, abrindo novas oportunidades para o progresso da RAEM que exigem ser bem aproveitadas por todos nós. Com a conclusão da construção do equipamento físico dos jogos, iremos acelerar a formação dos recursos humanos necessários, com vista a elevar o nível de desempenho desportivo dos atletas de Macau e generalizar a prática desportiva para toda a população. Esta é uma obra fundamental para a estratégia de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos elementos humanos da nossa sociedade e para o reforço da nossa coesão.

Macau é uma terra em que a componente cultural e a componente turística estão intrinsecamente ligadas. Por esta razão, no planeamento urbano e na construção de infraestruturas, para além de termos que considerar as necessidades de desenvolvimento económico, ordenamento comunitário e a rede de comunicações, devemos também atribuir uma grande atenção ao aspecto físico global da cidade para garantir a harmonia e o equilíbrio das suas paisagens. Para atingir este objectivo, devemos integrar as memórias históricas com as impressões contemporâneas, o património humano com as paisagens naturais e as condições económicas com o ambiente cultural. Só assim é que podemos fazer com que a população se sinta identificada com a sua cidade, valorizando-a como a sua terra. Só assim é que os visitantes do exterior se sentem atraídos pela singularidade da nossa cidade, guardando as suas imagens sempre na memória.

Terceira Parte

Evoluir com os tempos e coordenar o desenvolvimento

A sinergia de esforços da população e do Governo constitui uma base sólida para o nosso progresso. A atenção e o apoio da Pátria são uma força mobilizadora favorável ao desenvolvimento de Macau. Com a concretização das diversas acções governativas, associada aos efeitos produzidos gradualmente no âmbito do Acordo CEPA, Macau, certamente, poderá contar com novas oportunidades. Podemos antever perspectivas optimistas em relação à evolução de Macau.

No entanto, há que ter consciência de que a abertura de um panorama de oportunidades não irá trazer benefícios a todas as pessoas e nem todos os beneficiados poderão desfrutar do mesmo grau de vantagens. Há uma verdade que deve ser dita: "as oportunidades têm de ser agarradas no momento certo". Por isso, diz-se que "uma oportunidade que se perde, dificilmente torna a aparecer". Hesitar em agir, descurar as oportunidades ou ser demasiado optimista são sinónimos de uma postura incorrecta. É de salientar que, se nós não soubermos tirar partido das oportunidades, estas poderão desaparecer num instante ou mesmo, às vezes, transformar-se em obstáculos imprevistos. Na verdade, no processo de desenvolvimento, somos sempre obrigados a enfrentar desafios e riscos. A nossa governação não pode, nem deve depender das contingências do factor "sorte". Trabalhar com tenacidade e avançar sem desfalecimentos, ter sempre presente os interesses colectivos e ter uma noção clara das exigências dos tempos modernos são a única via para fazer face às oportunidades e aos desafios e superar as dificuldades.

Ter uma atitude moderna exige uma permanente actualização das nossas ideias e conceitos. Devemos corrigir os nossos vícios de pessimismo e conformação, porque as dificuldades com que nos debatemos hoje não são eternas, nem constituem um obstáculo para o surgimento de novas oportunidades. Aqui, quero referir aos valores confiança, coragem e espírito de iniciativa. Mais vale ter um espírito combativo do que estar de braços cruzados, conformando-se com o destino. Quem espera muito vê fugir-lhe das mãos as oportunidades. Devemos sempre lançarmo-nos na luta para vencer os desafios, reajustando as nossas estratégias de acordo com as circunstâncias. Devemos também converter o nosso individualismos em espírito de equipa. Com a introdução dos elementos de abertura e concorrência em todos as vertentes da nossa vida, a concertação e a união de esforços ganharam uma relevância inegável. No plano da Administração Pública, para além de procurarmos a colaboração interna entre dirigentes e subordinados, há que desenvolver mais esforços para a colaboração horizontal. Os serviços públicos têm também a obrigação de atribuir a devida atenção à cooperação e integração económica inter-regional.

A inovação é o motor do desenvolvimento social e uma exigência dos tempos modernos. Devemos promover o aperfeiçoamento das nossas instituições, o desenvolvimento da nossa cultura e o progresso económico com espírito inovador. Se esta atitude estiver presente nos nossos trabalhos quotidianos, veremos subir a qualidade do que produzimos. Só assim é que no trabalho de rotina conseguiremos expressar as nossas melhores qualidades. Às vezes, constatamos que algumas medidas não estão ajustadas ao desenvolvimento social e não foi possível fazer corresponder a distribuição de recursos às condições institucionais vigentes. Mas isto não significa que devemos deixar-nos cair na passividade. O elemento humano é

essencial em todos os níveis. Devemos desenvolver uma abordagem inovadora, procurando descobrir potenciais fontes de recursos. Devemos aperfeiçoar a nossa gestão para fugir às limitações impostas, procurando melhorar os serviços e elevar a qualidade da nossa governação.

Para se desenvolver na modernidade, há que promover o aperfeiçoamento contínuo das instituições, ter um espírito perspicaz e saber reagir oportunamente. Macau é uma sociedade aberta, daí que a conjuntura externa e os factores endógenos exercem sobre ela um grande impacto. Neste sentido, devemos acompanhar com grande atenção a evolução desses factores para aperfeiçoar a nossa capacidade de resposta. Nos projectos de desenvolvimento que elaboramos, devemos sempre atender às realidades locais e manter um nível adequado de flexibilidade. Esta postura, aliada à criação e aperfeiçoamento dos mecanismos, irá conceder--nos capacidades de resposta mais céleres, mais correctas e mais eficazes e também irá permitir--nos governar de forma ordenada e planeada, face aos desafios imprevistos. Devemos garantir a racionalidade do equilíbrio entre o planeamento e a reacção a contingências. Devemos também tomar o pulso dos sentimentos da população e conhecer com objectividade as realidades. Os dirigentes e demais agentes da Administração devem aproximar-se dos cidadãos para ouvir com paciência, humildade e atenção os seus anseios e aspirações. Eles devem integrar, de forma orgânica, a opinião pública e a sabedoria científica para fundamentar as opções políticas com rigor e racionalidade.

Há que esclarecer que as exigências de modernidade não se traduzem apenas na ênfase simplista de que tudo tem de ser feito de forma rápida. Nestes últimos dois anos, alcançámos um crescimento económico relativamente rápido. Este facto fortaleceu as nossas bases económicas e consolidou os alicerces para o nosso desenvolvimento futuro. No entanto, não basta realçar apenas a velocidade do crescimento, pois o mais importante ainda é o aperfeiçoamento qualitativo. Isto quer dizer que, por um lado, devemos manter um nível racional de crescimento económico e, por outro, evitar as derrapagens resultantes da instabilidade económica. Devemos assegurar a justeza e a estabilidade dos custos económicos e custos sociais, para que seja atingido um melhor nível de rentabilização social. Devemos ter consciência que o crescimento é um pressuposto e a base de desenvolvimento, mas os dois conceitos não são sinónimos. Devemos, em primeiro lugar, obter resultados em várias áreas, designadamente a optimização das estruturas económicas, o aperfeiçoamento das instituições, a melhoria da qualidade de vida e a existência de condições ambientais de qualidade. Na perspectiva da sociedade no seu todo, temos a obrigação de investir mais na elevação dos índices de desenvolvimento humano e promoção da legalidade. Acreditamos que a estabilidade social e o seu desenvolvimento sustentado dependem do crescimento económico e da sua articulação com o progresso social.

Ao avançarmos com passos firmes, temos de prestar maior atenção e avaliar correctamente a relação entre a estabilidade e o desenvolvimento. A experiência de governação nestes quatro anos ensinou-nos que a estabilidade é a base de sustento do desenvolvimento de Macau. Sem estabilidade social e sem a sinergia de esforços da população e do Governo, o desenvolvimento de Macau não passa de um chavão. Mas, também estamos convencidos que a procura de estabilidade pela estabilidade, sem espírito de iniciativa, impede-nos de ganhar

as capacidades necessárias para enfrentar os novos desafios. Este desequilíbrio simplista não corresponde à verdade da dialéctica dos factos, nem vai ao encontro das aspirações de progresso da população. Na verdade, as inovações servem para produzir ideias e realidades novas para substituir as coisas que se tornaram obsoletas. Só assim é que podemos consolidar as bases do bem-estar dos nossos cidadãos de uma forma sustentada. Por isso, não pouparemos esforços para preservar a estabilidade de Macau e potenciar as qualidades das nossas tradições, mas, também devemos ter uma visão estratégica e apoiar o desenvolvimento harmonioso dos elementos positivos e saudáveis da sociedade

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Ao longo deste ano, a economia, de uma forma geral, tem prosseguido na senda de recuperação. A confiança da população é cada vez maior, mas os diversos ramos de actividades ainda mantêm diferenças no seu desempenho. Algumas pequenas e médias empresas não conseguiram alcançar um nível de negócios significativo, e alguns dos nossos cidadãos ainda estão a lutar com dificuldades. O Governo atribui particular atenção a essas realidades. Continuaremos, portanto, a amparar e prestar apoio adequado e oportuno às pequenas e médias empresas e cidadãos em situações difíceis. Com a emergência de factores favoráveis internos e externos, as actividades comerciais conhecerão maior vitalidade e a situação de emprego será melhorada. Encorajamos e apoiamos as pequenas e médias empresas para evoluir com os tempos e auto-valorizar-se, tirando partido das oportunidades que lhes são oferecidas. O nosso objectivo é caminharmos em conjunto para alcançar o progresso. Para que isto seja possível, o Governo da RAEM irá implementar, no próximo ano, as seguintes medidas de apoio:

Medidas de curto prazo no âmbito de redução e isenção fiscais:

- Dar continuidade à medida de redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa;
- Dar continuidade à medida de isenção da contribuição industrial;
- Dar continuidade à medida de redução em 500 patacas da contribuição predial para todos os empresários e proprietários de fracções habitacionais, ficando isento do seu pagamento nos casos em que o montante devido seja igual ou inferior a 500 patacas;
- Dar continuidade à medida de isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais;
- Dar continuidade à medida de isenção do imposto de turismo dos restaurantes;
- Conceder, no próximo ano, isenção da taxa de licença de exploração aos vendilhões.

A aplicação desta política de redução e isenção fiscais implica uma diminuição de receitas fiscais, em 2004, na ordem de 230 milhões de patacas.

Medidas no âmbito de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas:

- Dar continuidade ao "Programa de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", "Programa de Financiamento de Projectos de Pequenas e Médias Empresas" e "Programa de Crédito para o Aperfeiçoamento da Exploração das Pequenas e Médias Empresas";
- Aperfeiçoar e acelerar a concretização do "Programa de Apoio ao Arranque de Novas Empresas" destinado a incentivar a população e, em especial, os jovens a criar empresas.

Medidas de curto prazo no âmbito de optimização de recursos humanos e promoção do emprego:

- Ajustar os cursos de formação cultural;

Após revista a eficácia dos cursos e considerada as opiniões de vários sectores, o Governo decidiu dar continuidade aos cursos de formação cultural destinados a desempregados em dificuldades, sob outro modelo que comporta virtualidades de produzir efeitos mais concretos. Os desempregados que frequentarem os cursos ganharão novas aptidões úteis para a sua reintegração no mercado de trabalho e receberão subsídios adequados para a sua manutenção. Este projecto contará também com a intervenção do Instituto de Acção Social, que irá prestar assistência aos familiares dos desempregados.

- Para efeitos de aperfeiçoamento das condições físicas dos bairros comunitários e a concretização da política "trabalho sim, caridade não", o Governo, com a colaboração das instituições da sociedade civil, irá criar novos postos de trabalho na área de serviços sociais;
- Em resposta às necessidades resultantes da realização da 4.ª edição dos Jogos da Ásia Oriental e do desenvolvimento social, o Governo, no próximo ano, irá prosseguir com investimentos públicos na concretização de vários projectos de infra-estruturas, a fim de garantir a estabilidade da situação de emprego.

Medidas de curto prazo no âmbito de solidariedade social:

- Continuar a atribuir, a título excepcional, uma verba de 20 milhões de patacas, destinada a apoiar três tipos de famílias fragilizadas, a saber: famílias monoparentais, famílias com membros deficientes e famílias com membros que padecem de doenças crónicas;
- Dar continuidade à medida de reforço orçamental, no valor de 10 milhões de patacas, destinado a subsidiar material escolar, por forma a apoiar os estudantes carenciados.

Conclusão

Excelentíssima Senhora Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

A RAEM está a prosseguir na senda da recuperação. A abertura económica e a reforma administrativa passaram a ser exigências incontornáveis dos nossos tempos e da sociedade. Os conceitos de abertura e reforma constituem, hoje, os fundamentos comuns que unem a acção do Governo e os esforços de colaboração dos cidadãos. É nosso dever garantir que a abertura económica e a reforma administrativa prossigam rumo a um desenvolvimento saudável e sólido, sem retrocessos nem desvios. Cabe ao Governo assegurar que as opções no âmbito desses objectivos correspondam aos interesses globais de Macau e garantir que a sua velocidade de realização e metodologias sejam compatíveis com as condições e características históricas, políticas e económicas da nossa sociedade. Para atingir este objectivo é indispensável que o Governo saiba interpretar correctamente a vontade da opinião pública, elevar a qualidade de governação e articular as tarefas imediatas com os objectivos estratégicos. Cabe ao Governo harmonizar os trabalhos quotidianos com as exigências de um sentido de missão, para estar em condições de apresentar resultados que se traduzam no bem-estar da população.

Os fenómenos de desequilíbrio de desenvolvimento social são caracterizados por níveis de graduação distintos. Hoje, ainda vemos em Macau cidadãos em situações de dificuldade. No futuro, mesmo que venhamos a atingir índices de prosperidade apreciáveis, ainda seremos chamados para estender a mão aos mais necessitados de entre nós. Por isso, é um dever inalienável do Governo ajudar os cidadãos a sair das dificuldades, ajudando-os a recuperar as forças e a reconstituir a sua dignidade para integrar a sociedade de cabeça erguida. É obrigação de todos funcionários públicos manter uma atitude de respeito e simpatia para com os cidadãos e procurar colocar-se no lugar deles. Só quando conseguirmos identificarmo-nos com as aspirações e anseios da população é que sentiremos a força motivadora que nos inspirará a fazer mais e melhor para servir.

Nestes quase quatro anos, passámos por duras provações – a crise financeira, a reestruturação da economia, o atentado de 11 de Setembro e a pneumonia atípica. Estes desafios serviram para fortalecer a nossa resistência, tornando-nos mais capazes e aptos para enfrentar, com confiança, o que o futuro nos reserva. Tirámos lições dessas experiências que nos fazem sentir a verdade das seguintes afirmações: devemos ter sempre a coragem para avançar sem vacilações; nos momentos de contingência, devemos mantermo-nos sempre unidos e solidários; do preço que pagámos pelas nossas falhas, aprendemos a valorizar a qualidade e do processo de recuperação, ficámos a conhecer a importância de colocar em primeiro plano os interesses globais. Ao perspectivarmos o futuro, estou convencido que, desde que não nos deixemos seduzir por utopias e fantasias irrealistas e saibamos, com pragmatismo e sentido de realidade, trabalhar para consolidar os alicerces do nosso desenvolvimento, e desde que saibamos realizar o trabalho quotidiano com seriedade e dedicação, então, teremos capacidades para enfrentar todos os desafios. Desta forma, a prosperidade e o progresso deixarão de ser ideais inalcançáveis, porque estão firmemente nas nossas mãos.

No momento em que estamos empenhados na revitalização de Macau, é oportuno destacar

o valor de responsabilização solidária nos bons e maus momentos. Neste processo, iremos assistir inevitavelmente a uma colisão e integração entre valores tradicionais e conceitos modernos; elementos distintos de áreas diferenciadas irão competir e eliminar-se mutuamente; desafios imprevistos e contingências conjunturais irão dar origem a desequilíbrios sociais que tornam a realidade em que vivemos mais complexa. Neste contexto, é natural que uns saiam vitoriosos enquanto que outros cairão derrotados; uns desenvolverão os seus projectos sem obstáculos e outros irão debater-se com dificuldades; alguns realizarão as suas ambições em primeiro tempo e ainda há aqueles que, partindo em desvantagem, conquistarão o sucesso antes dos outros. Faço esta afirmação não só porque o nosso desenvolvimento é dependente de um ambiente social harmonioso e estável, e as nossas forças derivam do espírito de unidade e entre-ajuda. Mas, mais ainda, entendo que esta responsabilização representa o pilar de valores éticos que sustenta a relação entre Macau e nossa Pátria, o Governo e população, as comunidades e o indivíduo e entre as pessoas. Com esta força valorizada é que podemos garantir que as políticas traçadas pelo Governo venham ao encontro dos verdadeiros interesses da sua população. Só com essa responsabilização é que podemos construir um corpo de funcionários públicos que se identifica com valores superiores e altamente motivado para servir os interesses colectivos. Só com essa responsabilização é que todos e um em relação ao outro podemos conviver, trabalhar e prosperar em conjunto. Só com essa responsabilização é que podemos construir uma sociedade mais solidária, mais moral, mais generosa, mais unida e mais justa. Não queremos uma sociedade em que as pessoas sejam mesquinhas e invejosas, egoístas e interesseiras. Também não queremos que os nossos cidadãos procurem a felicidade na desgraça alheia. Estou convicto que os homens e mulheres de Macau, cada vez mais conscientes desse valor, ao realizar os seus projectos e alcançar o sucesso e progresso que merecem, não deixarão de estender a mão aos que, de entre nós, precisam de auxílio. Eles saberão sentir-se inspirados pelos sucessos de outros e não irão zombar das misérias dos infortunados ou destruí-los com críticas maliciosas. Os homens e mulheres de Macau, hoje, não só partilham de um passado comum, mas também estão unidos fraternalmente no presente e no futuro, rumo ao progresso que está à vista. Eles saberão encorajar-se mutuamente e têm consciência dos seus deveres, mas também estão dispostos a fazer sacrifícios, com vista a construir um amanhã mais promissor. Iremos caminhar de mãos dadas para enfrentar com coragem e determinação todos os desafios, construindo a História a que temos direito.

Desde o estabelecimento da nossa Região Administrativa Especial, o Governo Central nunca deixou de dispensar-nos a sua atenção e apoio. Ao longo deste ano, as medidas adoptadas no âmbito da prevenção da SRAS, a política de "turismo de visto individual", a realização do "Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países Lusófonos" e a assinatura do "Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre a China Continental e Macau" testemunham uma verdade inequívoca: nos momentos cruciais em que somos confrontados com os mais difíceis desafios, o Governo Central estará sempre do nosso lado de forma solidária, apoiando-nos com todas as suas forças. Este carinho tem um significado especial de efeitos insubstituíveis na resolução dos nossos problemas momentâneos e na construção das nossas bases para o desenvolvimento. Em nome da RAEM, quero expressar, aqui, o nosso profundo reconhecimento ao Governo Central.

Ao terminar, permitam-me reiterar as saudações à Assembleia Legislativa e expressar a minha apreciação pelo trabalho desenvolvido. A Assembleia Legislativa, enquanto órgão legislativo de Macau, tem sempre dispensado uma fiscalização rigorosa e um apoio solidário às acções do Governo. A Assembleia Legislativa, no exercício da sua acção, contribuiu para que as políticas definidas pelo Governo acompanhem os nossos tempos. Quero endereçar à Assembleia Legislativa os meus sinceros agradecimentos.

Em última análise, os mais de quatrocentos mil cidadãos de Macau são os verdadeiros actores que protagonizaram o desenvolvimento desta terra com a sua inteligência e espírito de trabalho. Cada um deles, na sua profissão e ramo de actividade, constitui, na sua colectividade, a esperança do sucesso de Macau e o seu futuro. Eles formam uma base segura e profunda que todos os dias sustenta a acção do Governo. Quero deixar aqui expressos os meus sinceros sentimentos de gratidão para com toda a população de Macau.

Tenho dito.

Obrigado Senhora Presidente.

Obrigado Senhores Deputados.

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2004 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

— Síntese —

NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO

Graças ao empenho e ao apoio de diversos sectores, foi possível elevar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Administração e Justiça, particularmente, ao nível da eficiência administrativa e dos serviços. Através da formação e da promoção de várias medidas, modificou-se a filosofia de trabalho de todos os trabalhadores da Administração Pública, em consonância com as exigências das Linhas de Acção Governativa. Os serviços públicos procederam, activamente, à auscultação e recolha de opiniões da população, evidenciando, positivamente, a evolução progressiva e firme de toda a estrutura administrativa. Tal permitiu lançar as bases para o aprofundamento cabal da reforma da Administração Pública. Assim, iremos prosseguir a implementação do princípio de "servir melhor o cidadão" nas acções governativas, com base nos resultados alcançados, e promover o desenvolvimento do plano de reforma sistemática e geral, concretizando os respectivos projectos, por forma a corresponder, mais adequadamente, às necessidades do desenvolvimento social.

No próximo ano, prosseguir-se-á a intensificação das medidas tendentes a aumentar a eficiência administrativa, bem como a aperfeiçoar a qualidade dos serviços; promover-se-ão ajustamentos da filosofia de trabalho, dando lugar a novas ideias, de modo a que as políticas definidas possam acompanhar as necessidades da evolução social, elevando-se, deste modo, o nível das acções governativas. Paralelamente, prosseguir-se-á a simplificação dos procedimentos nos diversos serviços públicos, particularmente, ao nível dos procedimentos inter-serviços, e proceder-se-á ao aperfeiçoamento dos trabalhos complementares do Governo Electrónico e ao lançamento de mais medidas e serviços que facilitem a vida da população.

A interligação entre os serviços prestados ao público e as necessidades sentidas pela sociedade manifestou-se nas Linhas de Acção Governativa do corrente ano. O número de serviços públicos que estão, presentemente, a desenvolver programas de avaliação do grau de satisfação do utente é de 19, programa este que terá uma implementação muito mais alargada a partir do próximo ano. Até finais de Outubro do corrente ano, foram lançados 840 projectos de "Carta de Qualidade", relativamente a 39 serviços públicos. Os 45 serviços, com funções de prestação de serviços ao público, irão dispor, até finais do corrente ano, deste modelo de serviço. A partir do próximo ano, todos os restantes serviços públicos passarão, gradualmente, a dispor desse programa, a par da implementação do mecanismo de reconhecimento e prémio para garantir a qualidade dos serviços prestados.

Com os esforços redobrados, o serviço "one stop" foi no corrente ano alargado, passando a abranger: o "licenciamento de estabelecimentos de comidas e bebidas", a cargo do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, o "distrate da hipoteca sobre imóveis e de cessão de acções e quotas sociais", a cargo das Conservatórias dos Registos, as "informações fiscais", a cargo da Direcção dos Serviços de Finanças, e a "actualização dos dados dos estabelecimentos", a cargo da Direcção dos Serviços de Turismo. Além disso, concluiu-se a preparação do Guia sobre as Tarefas de Optimização dos Procedimentos Administrativos e o Modelo de Serviço "One Stop", que se destina a servir de instrumento de referência para os serviços públicos na organização de programas de optimização dos serviços. Com a entrada em funcionamento, já

no segundo semestre do próximo ano, do Centro de Serviços do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), um total de 116 procedimentos administrativos actualmente disponibilizados em mais de 30 locais de serviço, passará a ser realizado num mesmo local.

A Divisão dos Registos Criminais da Direcção dos Serviços de Identificação (DSI) e o Laboratório do IACM obtiveram, no corrente ano, a certificação internacional do sistema de gestão de qualidade ISO. O Gabinete do Cidadão e os Serviços Financeiros e Informáticos do IACM, o Centro de Atendimento e Informação ao Público da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP), o Departamento de Organização e Informática e a Divisão Administrativa e Financeira da DSI irão submeter-se, no próximo ano, ao exame de certificação ou ao estudo para a introdução do sistema de gestão de qualidade, enquanto que os serviços que já obtiveram a certificação se empenharão em manter os níveis exigidos para o efeito.

Para facilitar a consulta, por parte do público, aos dados sobre a Administração e para obter maior eficácia no tratamento de informações, sugestões e queixas, alterámos o número da linha aberta para outro de fácil memorização, bem como introduzimos melhoramentos àquele mecanismo de tratamento. No próximo ano, será criada a "Base de Dados das Formalidades Administrativas e Informações Governamentais" e aperfeiçoado o "Sistema Electrónico Inter-Serviços de Tratamento de Queixas", a funcionar sob o modelo "one stop", de forma a proporcionar um serviço mais expedito aos cidadãos.

Preparámos, de acordo com a evolução e as necessidades do processo de simplificação dos procedimentos administrativos, o respectivo guia de instruções, bem como as recomendações para a intensificação dos mecanismos de delegação de poderes. No próximo ano, o processo de simplificação centrar-se-á nos procedimentos administrativos inter-serviços e na introdução de um regime de avaliação dos resultados a aplicar a título experimental nos SAFP, que irão proceder ao resumo e revisão das experiências obtidas e promovê-lo junto dos diversos serviços públicos; prosseguir-se-á a auscultação das opiniões do Observatório da Administração Pública e da sociedade civil; rever-se-ão e produzir-se-ão os diplomas legais relacionados com a simplificação dos procedimentos administrativos; e, estudar-se-á o aproveitamento de outros meios de modernização administrativa, tais como o Governo Electrónico, na simplificação dos procedimentos administrativos.

No tocante à optimização das estruturas, realizámos, no ano em curso, um estudo para nos inteirarmos sobre a situação da estrutura e da dotação de pessoal nas unidades dos serviços e entidades públicas. Foram efectuados, com base no relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho para a Avaliação das Competências do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, os primeiros ajustamentos às competências deste Instituto, relativamente às quais se revela uma manifesta duplicação com as da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, Instituto dos Desportos, Instituto Cultural e Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro. No próximo ano, iremos proceder à revisão e ao acompanhamento necessário em função dos trabalhos de optimização estrutural, aprofundando os ajustamentos da orgânica e das atribuições deste Instituto, de acordo com o relatório apresentado pela

Comissão de Acompanhamento do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais.

O Plano de Integração do Governo Electrónico ("EGI") teve, no corrente ano, um pleno desenvolvimento, graças ao trabalho empreendido pelo Grupo de Trabalho para o Governo Electrónico, na sua qualidade de coordenador, estando já concluída a primeira fase dos trabalhos para o download e impressão de formulários electrónicos. Até finais de Outubro, foram colocados à disposição do público cerca de 317 impressos-modelo por um total de 30 organismos públicos. No próximo ano, serão ainda disponibilizados, gratuitamente, através da internet, todos os impressos, logo que reúnam as condições técnicas e disponham de suporte legal; promover-se-á a aplicação dentro da Administração da certificação electrónica e do sistema de impressos electrónicos; estudar-se-á o processo que possibilite o preenchimento e a apresentação de dados pela via electrónica a ser, gradualmente, aplicado na prestação de serviços ao público; e aperfeiçoar-se-á o desenvolvimento de quiosques informáticos - One Stop Kiosk e das respectivas redes.

No que respeita ao regime jurídico da Função Pública, concluímos, com base nos pareceres emitidos pelo Observatório da Administração Pública, pelas diversas associações representativas dos interesses dos trabalhadores da Função Pública e pelos diversos serviços públicos, a elaboração e a revisão de alguns dos seus diplomas, nomeadamente, o "Regime de Avaliação do Desempenho", "Regime de Reclassificação e Reconversão Profissionais" e o "Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia". No próximo ano, será implementado o novo regime de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Função Pública, o qual tem um significado muito profundo para a formação dos funcionários públicos e para o aprofundamento da reforma sistemática da Administração Pública. No novo regime de avaliação, será alargado às chefias o universo dos notandos, assim como serão introduzidos novos mecanismos de avaliação e de fiscalização que permitam uma avaliação mais justa e isenta, por forma a clarificar as regras de atribuição de prémios e de aplicação de sanções; elaborar-se-á o projecto de revisão do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau e dos restantes diplomas sobre o Regime Jurídico da Função Pública que carecem de alterações, procedendo-se, designadamente, à análise do regime de recrutamento, requisitos de ingresso, regime de carreiras e regime de aposentação.

Para aumentar a mobilidade do pessoal entre carreiras, a prioridade para o próximo ano é colocada na conjugação dos trabalhos de formação com a implementação do regime de reconversão profissional dos funcionários públicos, na realização faseada de estudo e análise profunda das respectivas funções, na actualização e aperfeiçoamento do modelo padronizado dos testes psicotécnicos, no estudo do sistema integrado de gestão e formação de pessoal, e de administração e gestão de recursos humanos e de definição de planos, no aperfeiçoamento das estruturas e das formas de recolha de dados para a Base de Dados dos Recursos Humanos e no aprofundamento dos trabalhos de estudo e análise dos recursos humanos.

A formação dos trabalhadores da Função Pública desenvolveu-se, em 2003, tendo em atenção a formação geral, a obrigatoriedade de participação e as carreiras funcionais. No próximo ano, promover-se-á a cultura de "auto-valorização e educação permanente",

prosseguir-se-á a intensificação da organização de diversos cursos de formação, e optimizar-se-ão os mecanismos e as instalações de formação; organizar-se-ão cursos em articulação com as Linhas de Acção Governativa; intensificar-se-ão as acções de formação destinadas aos trabalhadores da Função Pública para melhor conhecerem os diplomas legais dos serviços a que pertencem; promover-se-ão estudos de avaliação dos resultados das acções de formação; e, criar-se-á um centro de apoio ao ensino para formadores.

O Observatório da Administração Pública, como principal órgão de consulta na promoção da reforma administrativa, ao longo do ano que vai findar, procedeu à organização de uma série de actividades, designadamente, a realização de estudos, intercâmbios e visitas de estudo. No próximo ano, ao Observatório da Administração Pública será proposta a realização de um estudo mais aprofundado para acompanhar de perto a evolução social, promovendo novos estudos temáticos e intensificando o intercâmbio e as análises de forma a apresentar mais projectos de propostas viáveis para a reforma administrativa.

Criámos no corrente ano uma linha aberta de informações aos trabalhadores da Função Pública, destinada a prestar-lhes todos os esclarecimentos sobre as dúvidas suscitadas no trabalho e aceitar as suas queixas e sugestões. Organizámos ainda colóquios, tendo por destinatários o pessoal da linha de frente, pessoal da área administrativa e financeira e pessoal de informática, bem como sessões de intercâmbio, no sentido de promover o diálogo com o pessoal de direcção de diversos serviços públicos, representantes de associações de trabalhadores da Função Pública e pessoal dos serviços públicos da área da Administração e Justiça. Estes trabalhos vão ter continuidade no próximo ano, mas de uma forma mais intensificada.

Ao longo do ano que vai findar, colaborámos, activamente, na promoção da incorruptibilidade e nos trabalhos de auditoria. Os SAFP apoiaram, após a publicação da lei sobre a declaração de rendimentos e interesses patrimoniais, o Comissariado Contra a Corrupção na organização de várias sessões de esclarecimentos. No próximo ano, iremos, em conjunto com o Comissariado Contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria, emitir instruções normativas a respeito de projectos comuns aos diversos serviços públicos, propondo, ainda, a respectiva execução uniforme, uma vez obtido o necessário consenso; aperfeiçoar o mecanismo de queixa dos diversos serviços públicos e o regime de fiscalização interna; intensificar a divulgação de instruções educativas e medidas preventivas; aperfeiçoar os mecanismos de transparência dos procedimentos administrativos, da aprovação de licenças administrativas e da aplicação de taxas e sanções administrativas.

NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA

Os trabalhos de desenvolvimento do ordenamento jurídico desenvolveram-se, no corrente ano, através da coordenação por parte do Grupo de Trabalho Interdepartamental do Plano de Produção/Revisão Legislativa a Curto e Médio Prazo, da intensificação da formação, do adequado recrutamento de juristas, do intercâmbio dos operadores de direito e da conjugação das forças sociais.

No próximo ano, o nosso propósito é não só manter o rumo definido para a reforma do ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau, articulando-o com as necessidades reais da sociedade, como envidar esforços para acelerar a plena concretização do plano de produção e revisão legislativa a médio prazo; intensificar a promoção da Lei Básica e demais legislação; elaborar os diplomas legais relativos à área da economia, em função do desenvolvimento económico; aumentar, de forma gradual, a consciência dos cidadãos sobre o sistema jurídico, bem como promover a construção de um sistema de sucesso; colher experiências de países e regiões mais avançadas e aperfeiçoar, progressivamente, o sistema jurídico da RAEM de acordo com a sua realidade.

Para que os diplomas legais satisfaçam as necessidades de desenvolvimento social, em conjugação com os direitos e interesses legítimos de todos os cidadãos e o desenvolvimento cabal das suas funções, iremos utilizar vários métodos e meios na consulta de opiniões e sugestões dos respectivos sectores, associações e sociedade civil, de acordo com as especificidades dos respectivos diplomas, assim como iremos criar condições e mecanismos mais eficientes para o aperfeiçoamento constante dos mesmos.

Vamos prosseguir a conciliação entre as diversas áreas para a produção e revisão legislativa, articulando, activamente, os respectivos diplomas legais com os recursos humanos, a calendarização estabelecida e o indispensável apoio técnico. Iremos desenvolver, cada vez mais, a função supervisora e coordenadora do Grupo de Trabalho Interdepartamental do Plano de Produção/Revisão Legislativa a Curto e Médio Prazo, de modo a impulsionar a realização da revisão legislativa. Qualquer tema que seja imprescindível, particularmente do âmbito da economia e das questões relacionadas com a vida da população, deverá ser incluído na agenda, ainda que não conste no plano de trabalho. Entretanto, serão adoptadas diversas medidas e criadas condições para o aperfeiçoamento e revisão contínua, com vista ao reforço quer na qualidade quer na quantidade dos diplomas legais produzidos ou revistos.

Concluímos, no início do corrente ano, a produção dos projectos de diplomas, a curto prazo, constantes do Plano de Produção/Revisão Legislativa a Curto e Médio Prazo, seguindo-se, de imediato, os trabalhos de produção/revisão dos projectos de diplomas a médio prazo. Vários diplomas de grande relevância foram promulgados, oportunamente, para articular com o ordenamento jurídico de Macau e eliminar algumas barreiras que dificultam a reforma legislativa. Até finais de Outubro, foram publicados 12 leis e 33 regulamentos administrativos. Além disso, 4 propostas de lei e 9 projectos de regulamentos administrativos encontram-se em fase de produção legislativa.

Continuar-se-á a realizar os trabalhos de produção legislativa do diploma relativo à eleição do Chefe do Executivo, cujo projecto, depois de elaborado, será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa, para que possamos, depois de aprovado, assegurar, em estrito cumprimento das atribuições dispostas na lei, a boa organização das eleições do segundo Chefe do Executivo.

Relativamente ao artigo 23.º da Lei Básica de Macau, vai ser dada continuidade aos trabalhos da respectiva produção legislativa e o projecto, uma vez elaborado, será submetido a consultas

e serão organizadas sessões de esclarecimento na altura própria, por forma a permitir que o público possa dele tomar conhecimento e veicular as suas opiniões, através dos mais diversos meios.

No que se refere à elaboração do projecto de diploma legal sobre a criação do Juízo de Pequenas Causas Cíveis, aguarda-se para breve a sua conclusão, prevendo-se a realização dos procedimentos legislativos subsequentes no próximo ano.

Procederemos, ainda, à realização de estudos sobre a revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária, do Código de Processo Civil, do Código Comercial, da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, da Lei do Recenseamento Eleitoral e do Código do Registo Civil e dos diplomas relativos às transacções imobiliárias e arrendamento. Prosseguir-se-á o acompanhamento da produção e revisão da legislação sobre o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento das actividades terroristas, bem como a apresentação de propostas sobre a revisão dos serviços de assistência aos jovens delinquentes.

A intensificação das acções de formação é a principal forma de elevar o nível de qualidade dos diplomas jurídicos. Ao longo do corrente ano, organizaram-se, especialmente em cooperação com a União Europeia e a China Continental, uma série de acções de formação específica, seminários e workshops, criando-se assim oportunidades de partilha e intercâmbio de experiências, actividades que representam o início do plano de formação de legisladores locais e de pessoal especializado em direito internacional.

No próximo ano, continuar-se-á a intensificar as diversas acções de formação de pessoal com conhecimentos específicos na área de produção legislativa, incluindo a vertente teórica, prática e formação em serviço, além de proporcionar formação específica, em instituições de Macau, China Continental e estrangeiro a todos aqueles que demonstrem potencialidades para essa área de especialização.

Independentemente de as leis serem produzidas, de raiz em língua chinesa ou portuguesa, a principal preocupação é sempre a de garantir a qualidade dos textos jurídicos na produção legislativa bilingue. Assim sendo, empenhar-nos-emos em aumentar o número de diplomas legais produzidos em chinês, com base nas experiências obtidas, e ultrapassaremos as dificuldades de falta de pessoas aptas para desempenhar aquela tarefa. Iremos promover, dentro do possível, actividades que permitam aos juristas mais experientes acompanharem e orientarem os menos experientes para elevar, gradualmente, as qualidades dos textos e os resultados da formação. Face às necessidades sentidas pela sociedade e decorrentes do desenvolvimento económico, iremos intensificar os trabalhos de formação de tradutores de língua inglesa. Os potenciais destinatários das acções de formação abrangem não só os funcionários da área de administração e justiça, mas também os especialistas do sector privado ou pessoas interessadas em direito. O modelo da formação jurídica é concebido principalmente de acordo com as necessidades e características de cada uma das entidades e organizado por várias fases e por módulos diferentes.

Em relação à divulgação jurídica e generalização de conhecimentos sobre direito,

prosseguimos, ao longo do ano, através dos diversos meios e formas, a promoção acentuada dos respectivos trabalhos. Em 31 de Março do ano em curso, por ocasião da passagem do 10.º aniversário da promulgação da Lei Básica de Macau, foram organizadas 16 campanhas de divulgação da Lei Básica, em cooperação com a Associação Promotora da Lei Básica de Macau, as instituições e associações de Macau, a CCTV e as autoridades de diversas cidades da China Continental. Os serviços públicos da Administração lançaram, em conjunto, o site relativo ao direito de Macau, reunindo as informações sobre a respectiva legislação. Além disso, foram organizados em conjunto com a comunidade, escolas e associações, acções de divulgação do direito, acções de formação temática de direito e sessões de apresentação de direito.

A divulgação jurídica, incluindo a Lei Básica, continua a ser no próximo ano uma das prioridades na área da justiça. Iremos continuar a desenvolver, em colaboração com os serviços públicos, associações e escolas, sob as mais diversas formas, os trabalhos de divulgação jurídica e de generalização dos conhecimentos de direito; alargar a criação de mais canais de informação, tais como linhas telefónicas, panfletos e internet, de forma a facilitar a consulta de informações jurídicas por parte dos residentes; planear a edição em série do "Manual de Direito dos Residentes de Macau"; intensificar os estudos sobre o direito de Macau; promover e editar obras científicas sobre o sistema jurídico de Macau e organizar diversos colóquios e seminários.

Continuaremos a intensificar a cooperação com a Assembleia Legislativa, de acordo com o disposto na Lei Básica de Macau, em articulação com os trabalhos e a supervisão feita por aquele órgão; participar nas sessões da Assembleia Legislativa para esclarecer as questões colocadas pelos Deputados, responder às interpelações orais e escritas apresentadas; fornecer os elementos solicitados pela Assembleia Legislativa; e coordenar o estudo da forma de disponibilização de dados, através da tecnologia de informática e da página electrónica da Administração.

No domínio da cooperação judiciária, temos mantido, no ano em curso, diálogo com as autoridades da China Continental e Hong Kong. Com a autorização do Governo Central, a RAEM celebrou com representantes da União Europeia em Luxemburgo, em meados de Outubro, o "Acordo entre a Comunidade Europeia e a Região Administrativa Especial de Macau relativo à readmissão de pessoas que residem sem autorização". Concluíram-se os trabalhos de elaboração do projecto relativo ao "Regime jurídico de cooperação judiciária internacional em matéria penal", o qual se encontra em fase de consulta interna. No próximo ano, continuaremos a prosseguir as negociações sobre a cooperação judiciária em matéria civil e penal com a China Continental e Hong Kong, e acompanhar o respectivo processo; concluir a consulta do projecto "Regime jurídico de cooperação judiciária internacional em matéria penal" e dar início à respectiva produção legislativa; estabelecer contactos com as Filipinas e a Tailândia no que respeita à transferência de pessoas condenadas; e, acompanhar a execução do acordo relativo à readmissão de pessoas que residem sem autorização em virtude de entrada clandestina ou permanência fora do prazo autorizado, celebrado com a União Europeia. Prevê-se, ainda, a celebração do acordo de repatriamento com a Suíça no ano de 2004.

Com a autorização do Governo Central, publicámos no corrente ano, de acordo com as

resoluções das Nações Unidas, 20 convenções internacionais e resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, foram concluídos os diversos relatórios sobre o cumprimento das convenções e pactos internacionais.

OUTROS DOMÍNIOS

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais deu mais um passo, no corrente ano, para aperfeiçoar os trabalhos nas áreas de assuntos cívicos e questões ligadas com a vida da população, recreativas e desportivas, e relações de boa vizinhança, tendo procedido ao reordenamento da Vila da Taipa, concluído a construção de várias zonas de lazer, cooperado com as associações e a população na prevenção da "pneumonia atípica" e da Febre de Dengue; implementado o serviço "one stop" relativamente ao licenciamento dos estabelecimentos de comidas e bebidas; organizado a criação do Centro de Serviços do IACM; planeado a construção do novo mercado na zona norte; criado um grupo de trabalho inter-serviços para aperfeiçoar a função social do mercado abastecedor; organizado colóquios periódicos nas diversas zonas da cidade, com a participação dos membros do Conselho de Administração e responsáveis das diversas subunidades do IACM, de forma a estreitar os elos de ligação com a população e associações, e manter com elas um diálogo directo.

No próximo ano, o IACM continuará a consolidar e a intensificar os respectivos trabalhos, designadamente: a entrada em vigor dos diplomas legais relativos a assuntos municipais, após a conclusão gradual da respectiva revisão; a aplicação a partir do próximo ano da nova "Tabela de Taxas, Tarifas e Preços do IACM", visando corresponder, mais adequadamente, às necessidades sociais; a entrada em funcionamento, no segundo semestre, do Centro de Serviços do IACM; a conclusão da construção do novo mercado "Tamagnini Barbosa"; o aperfeiçoamento dos mecanismos de queixas; a instalação de um centro de atendimento e de actividades na zona norte; a reconstrução da Vila da Taipa; a apresentação de uma proposta para o aperfeiçoamento da função social do mercado abastecedor, através de um estudo aprofundado sobre a situação; a colaboração com a população e associações na promoção de campanhas de limpeza; a promoção do Centro de Recursos de Educação Cívica; e a promoção de acções de educação cívica, de forma a divulgar junto dos cidadãos e turistas a importância da limpeza e higiene, bem como de fiscalização.

No corrente ano, a Direcção dos Serviços de Identificação promoveu principalmente junto de instituições, escolas e asilos, os trabalhos externos de substituição do Bilhete de Identidade de Residente do tipo "cartão inteligente". No próximo ano, iniciar-se-á, a partir do segundo semestre, a substituição dos bilhetes de identidade de residente, segundo a sua ordem de numeração; criar-se-á um sistema de consulta para facilitar o cidadão a obter, através de telefone ou de internet, informações sobre o andamento do seu pedido; continuar-se-á a aperfeiçoar a função do Bilhete de Identidade de Residente do tipo "cartão inteligente", de forma a acompanhar a situação pós-emissão; concluir-se-á a aposição de um código de barras nos documentos constantes dos processos de bilhete de identidade de residente, findo o qual será possível a aplicação plena da utilização dos registos informáticos para a fiscalização e controlo do uso dos mesmos.

Entretanto, mais três países concederam, no corrente ano, isenção de visto aos portadores de passaporte da RAEM. O número total acumulado de países que têm concedido isenção de visto aos portadores de passaporte da RAEM é de 43 e isenção de visto aos portadores de título de viagem da RAEM é de 4. Foram emitidos 109 926 passaportes e 9 353 títulos de viagem. Com os poderes delegados e o apoio do Governo Central, iremos continuar, no próximo ano, a promoção de forma activa das acções de divulgação, no sentido de obter junto de outros países a isenção de visto, prevendo-se para 2004 a assinatura do acordo de isenção mútua de visto de entrada com a Suíça.

Para melhor promover os trabalhos de recenseamento eleitoral, foi instalado, no corrente ano, nas novas instalações da DSI um posto de recenseamento eleitoral. Além disso, foi ainda destacado pessoal especializado para acompanhar o pessoal da DSI nos serviços externos, a fim de serem prestados, igualmente, serviços externos de recenseamento eleitoral. No próximo ano, será aperfeiçoado o regime jurídico relativo ao sistema eleitoral e continuar-se-á a divulgar e a promover o recenseamento eleitoral.

No próximo ano, iremos apresentar, com base nos relatórios elaborados, no ano em curso, sobre a "Revisão dos Serviços a Prestar na Correcção dos Delinquentes Juvenis" e sobre a "Proposta de Reforma do Regime Correccional de Jovens Delinquentes", propostas concretas relativas à reforma do respectivo regime, bem como, criar o "Centro de Formação e Correcção", no âmbito das medidas existentes de reinserção social e educação de menores.

No âmbito dos serviços de registos e notariado, foi criado, no ano em curso, o serviço "one stop" relativo ao "distrate de hipoteca sobre imóveis e de cessão de acções e quotas sociais", concluída a criação do "Ficheiro Central Notarial", evitando assim a ocorrência de situações de "venda múltipla da mesma casa", e concluída a simplificação do modelo das certidões de registo predial e do respectivo teor. Prevê-se ainda que o "Centro de Consultas de Informações de Registos e Notariado" entre em funcionamento até finais do corrente ano. No próximo ano, proceder-se-á à revisão dos actuais regimes de registo de automóveis, embarcações e aeronaves, ao estudo sobre a criação de um posto de registo de casamento no Jardim Dra. Laurinda Marques Esparteiro, na Taipa, e ao enriquecimento do conteúdo das informações, bem como das funções de consulta do Ficheiro Central Notarial.

Área da Economia e Finanças

Ponto da situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano 2003

Em 2003, com o impulso do desenvolvimento do sector do jogo e turismo, a economia de Macau tem mantido o seu ritmo de recuperação e progresso. Não obstante o impacto negativo provocado pelo surto da SRAS durante o segundo trimestre do corrente ano, a taxa de crescimento anual, segundo a previsão, deverá ser superior à prevista no início do ano em análise. Foram, praticamente, concretizados os objectivos de governação definidos: manutenção da tendência da recuperação económica, melhoramento da situação do emprego e das condições para o desenvolvimento das actividades comerciais.

Melhoramento das condições para o desenvolvimento das actividades comerciais. Este ano foram objecto de revisão ou de elaboração vários diplomas legais relacionados, essencialmente, com as áreas financeira, do comércio externo, da indústria, do trabalho, da segurança social e dos direitos e interesses dos consumidores. Os diplomas já, entretanto, promulgados incluem os seguintes : "Lei do Comércio Externo", "Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização", "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas e Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projectos Específicos", "Regime Tributário em caso de Dupla Tributação Regional ou Internacional", "Lei da Comercialização do Ouro", "Alteração do Regulamento do Imposto Profissional e do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos", entre outros. Em resposta às solicitações dos sectores comercial e industrial e da população e tendo em conta as necessidades decorrentes da evolução económica, foram revistos e aperfeiçoados os procedimentos administrativos, procurando-se, desta forma, aumentar a eficiência da Administração e melhorar o programa "Carta de Qualidade" através do alargamento do seu âmbito em diversos serviços públicos.

Aumento contínuo do investimento estrangeiro. Apesar de Macau ter sido atingido pelo surto da SRAS, os investimentos estrangeiros no território continuaram a crescer. Nos primeiros nove meses de 2003, o valor total do investimento captado pelo IPIM foi de cerca de 1,67 mil milhões de patacas, um aumento de 2,5% em relação a período idêntico do ano transacto, estando prevista a criação de cerca de 1 000 postos de trabalho. As actividades envolvidas incluíam as seguintes áreas: imobiliário, comércio, indústria, educação e formação e serviços de consultadoria, entre outras. Por seu lado, o investimento nos serviços offshore continuou a registar um maior crescimento, tendo sido, nos primeiros nove meses de 2003, aprovados 114 processos respeitantes à exploração dessa actividade, com um investimento estimado em 206 milhões de patacas. Hong Kong foi a principal fonte do investimento offshore, embora, os números mais recentes apontem para uma subida do número dos investidores provenientes de outros países e territórios, nomeadamente os EUA e o Sudeste Asiático De entre os investidores interessados nos projectos de offshore, 40% pertenciam às empresas de grande envergadura espalhadas por todo o mundo, envolvendo, essencialmente, as actividades de vestuário, electrónica, entre outras.

Estabilidade na situação de emprego. No primeiro trimestre deste ano, a situação do emprego melhorou. Posteriormente, devido ao surto da SRAS, a taxa de desemprego voltou a subir. Contudo, a partir do segundo semestre, o desemprego tem vindo a melhorar, estando a respectiva taxa fixada em 6,0% e a de subemprego em 2,8%, entre Julho e Setembro. Prevê-se que a taxa de desemprego se mantenha, provavelmente, estável durante todo o ano em análise. Na tentativa de melhorar a situação do emprego, foram desencadeadas, por parte dos serviços competentes, as seguintes acções: reforço das medidas tendentes à promoção de emprego e intensificação das acções de conjugação entre a oferta e a procura de emprego e de recolocação; alteração das estratégias e linhas orientadoras da formação profissional, de acordo com a evolução do mercado de trabalho; melhoramento do serviço "one stop" prestado aos candidatos ao subsídio de desemprego; encorajamento da criação de actividades económicas por conta própria tendo, para o efeito, sido organizados cursos de formação para apoio aos formandos na aprendizagem das respectivas técnicas; prestação de serviços de conciliação dos conflitos laborais com vista a ultrapassar as divergências entre as entidades patronal e laboral e reforço dos trabalhos relativos à apreciação dos pedidos de contratação de mão-de-obra não residente, bem como à sua fiscalização, por forma a assegurar a contratação prioritária de trabalhadores locais e o combate à contratação de trabalhadores ilegais. Até final de Setembro, havia 23 221 trabalhadores não residentes (TNRs) em Macau, uma ligeira redução quando comparados com o número registado em igual período do ano transacto.

Boa situação nas contas públicas. O funcionamento das finanças públicas apresentou basicamente um comportamento favorável, com um crescimento significativo nas receitas arrecadadas, enquanto que as despesas aumentaram devido à implementação de diversos planos de apoio económico. Nos primeiros nove meses, as receitas públicas (não incluindo as das entidades com autonomia financeira) foram de 10,08 mil milhões de patacas, representando um acréscimo de 28,0% comparativamente a período idêntico do ano anterior, das quais, as provenientes dos impostos da concessão exclusiva do jogo rondaram os 7,35 mil milhões de patacas, traduzindo um aumento de 36,1% em relação ao período homólogo do ano passado, representando 73,0% do total das receitas públicas. No que diz respeito às despesas públicas (não incluindo as das entidades com autonomia financeira), o respectivo valor foi da ordem dos 6,92 mil milhões de patacas, representando um aumento de 27,1% face a período idêntico do ano passado. Prevê-se uma situação saudável nas finanças públicas e a continuação de um saldo positivo até ao final do ano em análise.

Manutenção da solidez do sistema financeiro. A par da intensificação das acções de inspecção permanente às instituições bancárias e ao mercado de seguro, foi adoptada, tendo em conta as sugestões propostas pelo Fundo Monetário Internacional, uma série de medidas com vista a elevar a qualidade dos bancos no âmbito da gestão de risco. Em simultâneo, face ao novo panorama do mercado de seguro, foram transmitidas às seguradoras de vida orientações apropriadas, a fim de assegurar um melhor funcionamento do mesmo. No que toca à Reserva Cambial e ao Fundo de Reserva da RAEM, estes têm sido geridos em conformidade com o princípio de "garantir os capitais e assegurar a sua valorização". Até final de Setembro, os activos da Reserva Cambial atingiram o nível de 33,96 mil milhões de patacas,

equivalendo a cerca de 4,23 mil milhões de dólares americanos. Quanto aos activos integrantes do Fundo de Reserva da RAEM, estes ascenderam a 10,83 mil milhões de patacas, correspondendo, aproximadamente, a 1,35 mil milhões de dólares americanos.

Reforço do apoio às pequenas e médias empresas. No princípio deste ano, concluíram-se, praticamente, os projectos dos planos destinados ao apoio às pequenas e médias empresas. Contudo, após o surto da SRAS, houve necessidade de proceder a inúmeras modificações com vista a torná-los mais direccionados, acelerando também o ritmo do seu processamento. Foram lançados em Maio p.p. o "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas" e, em meados de Agosto p.p., os "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas" e "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projectos Específicos", tendo sido, ainda, criado um "Gabinete para o Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas" que se responsabiliza, exclusivamente, por todos os trabalhos relativos à concretização dos referidos planos. Estes contribuem, de certa forma, para a atenuação das dificuldades financeiras enfrentadas por aquelas empresas, ajudando-as a melhorar a forma de exploração e gestão das suas actividades comerciais. Além disso, os serviços competentes têm proporcionado, às referidas empresas, serviços de consultadoria em matéria de exploração e gestão das actividades comerciais, vendas, tecnologia, e à criação de novas actividades comerciais, entre outras, e subsídios para a Certificação Internacional.

Progresso na construção de "três" plataformas de serviços. Foi organizada, em conjunto, pelos Governos da RAEM e de 9 municípios da Zona Oeste de Guangdong, em Abril deste ano, uma feira denominada "A Feira dos Produtos Afamados do Oeste de Guangdong", o que permitiu registar, assim, os primeiros passos para uma efectiva cooperação entre Macau e aquela Zona. Esta feira representou uma demonstração inequívoca do papel de plataforma de serviços comerciais que a RAEM tem assumido em relação àquela Zona. Além disso, o estatuto de Macau como uma plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China Continental e os países lusófonos mereceu também reconhecimento, tendo decorrido em Macau, no passado mês de Outubro, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Este evento que foi promovido pelo Governo Central, mas com a organização do Governo da RAEM, decorreu com enorme sucesso e permitiu a assinatura entre a China e os 7 países lusófonos de um Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial, tendo sido acordada a constituição de um Secretariado Permanente, em Macau, que voltará a ser palco da realização da 2ª sessão do Fórum, em 2006. A escolha da RAEM como local da realização do Fórum demonstra o pleno reconhecimento, por parte dos países participantes, do papel desta como plataforma para a cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos. Por outro lado, o papel de Macau como plataforma de ligação e cooperação para os empresários chineses espalhados por todo o mundo, tem vindo a assumir uma importância cada vez maior. Após uma série de acções promocionais e de apoio, a Organização da União Mundial dos Empresários Chineses decidiu estabelecer na RAEM a sua representação geral, estando prevista a realização sucessiva neste território, de um conjunto de actividades de grande envergadura para o encontro dos empresários acima mencionados.

Arranque integral das actividades de cooperação económica e comercial com o Continente Chinês. Com base nas realidades e características do desenvolvimento económico de Macau, e tendo, ainda, em conta as opiniões auscultadas junto dos sectores envolvidos, foi assinado, após negociação, o Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau, que entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2004. O Acordo contribuirá para o estreitamento da cooperação económica e comercial entre as duas partes, ajudando a promover o desenvolvimento económico e a diversificação da estrutura produtiva de Macau. Além disto, registaram-se os primeiros sucessos nos trabalhos efectuados pela Comissão de Ligação Comercial entre o Continente Chinês e a RAEM: assinatura, após consultas, de um acordo de cooperação na área de propriedade intelectual entre o Instituto da Propriedade Intelectual da China e a Direcção dos Serviços de Economia da RAEM; conclusão do processo negocial sobre o acordo destinado à prevenção da dupla tributação e da evasão fiscal entre o Continente e a RAEM, cuja assinatura irá ser concretizada em breve; troca de opiniões quanto ao reforço do controlo de exportações entre as duas partes, estreitamento da cooperação bilateral na área de trabalho, bem como ao aperfeiçoamento do sistema de gestão dos assuntos laborais; criação, através de negociação, de um mecanismo destinado à mediação dos conflitos comerciais tendo, para o efeito, o World Trade Center de Macau e o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento da China, celebrado um "Acordo de Cooperação entre os Centros de Mediação Comercial da Câmara do Comércio Internacional da China e do World Trade Center de Macau". No que toca ao parque industrial transfronteiriço entre Macau e Zhuhai, foram levadas a cabo negociações com Zhuhai que permitiram a elaboração de um projecto preliminar. Como este já foi entregue para a apreciação ao Governo Central, as respectivas obras de construção irão, formalmente, iniciar-se, logo após a obtenção da devida autorização.

Linhas de Acção Governativa para o ano de 2004

Em 2004, prevê-se que as condições propícias para o desenvolvimento económico de Macau, devam aumentar, pelo que a tendência de desenvolvimento da respectiva economia poderá ser mantida ao longo do próximo ano. **As linhas gerais da governação definidas para o domínio da economia e finanças consistem em:** aproveitar as oportunidades favoráveis para implementar o Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau e promover uma maior integração na economia regional, quer ao nível de desenvolvimento económico quer ao da cooperação; consolidar o papel de plataforma tripla que Macau tem vindo a assumir na área de serviços comerciais; melhorar as condições para o desenvolvimento; manter a tendência do desenvolvimento económico; fomentar a reconversão económica e o melhoramento da estrutura produtiva, bem como elevar a qualidade de toda a economia de Macau para reforçar a sua competitividade. O acima exposto tem por objectivo a criação de condições favoráveis para que a economia local consiga alcançar um desenvolvimento pleno e sustentado. **Os objectivos delineados são**: manutenção da tendência de desenvolvimento económico e melhoramento da situação do emprego da população; consolidação das vantagens da indústria economicamente dominante e promoção de uma

adequada diversificação da estrutura da economia, bem como aperfeiçoamento contínuo das condições para o desenvolvimento das actividades comerciais, de modo a elevar a competitividade de Macau em termos económicos.

Manutenção da tendência do desenvolvimento económico. Assegurar-se-á um volume adequado de investimento público. Estudar-se-ão as formas de promoção de incentivos fiscais e a implementação das respectivas medidas para incrementar o investimento privado. Será dada continuidade ao melhoramento dos serviços prestados aos investidores, envidando maiores esforços para a captação do investimento estrangeiro. Reforçar-se-ão o estudo e a previsão da evolução da conjuntura económica para melhor prevenir e enfrentar eventuais perturbações.

Promoção do melhoramento da estrutura produtiva. Aperfeiçoar-se-á a estrutura produtiva em conformidade com o princípio "realçar as prioridades e promover o desenvolvimento de forma coordenada". Será promovida a elevação da qualidade e competitividade do sector do jogo e turismo, prestando apoio à indústria tradicional para a sua reconversão e elevação da qualidade. Implementar-se-á o projecto relativo ao parque industrial transfronteiriço e empenhar-se-á na coordenação e gestão dos respectivos trabalhos, no estudo da criação de uma nova zona industrial e na promoção do desenvolvimento das actividades offshore e outras no âmbito de serviços. Será aprofundado o estudo sobre a política industrial, reforçando as estratégias orientadoras para o desenvolvimento sectorial. Empenhar-se-á na atracção para Macau de quadros qualificados que este território considere necessários, de acordo com as necessidades resultantes do ajustamento e da optimização da estrutura industrial.

Melhoramento contínuo das condições para o desenvolvimento das actividades comerciais. Esforçar-se-á pela criação de um ambiente propício para o negócio assente em vantagens proporcionadas pelo território: porto franco, sistema jurídico rigoroso, concorrência leal, mercado livre e aberto. Nestes termos, será tarefa prioritária a aceleração do ritmo de revisão e de elaboração de diplomas legais no campo económico, nomeadamente nas áreas de comércio externo, indústria, actividades financeiras, finanças públicas, imposto, trabalho, segurança social, protecção dos interesses e direitos dos consumidores, entre outras, de modo a eliminar, gradualmente, os obstáculos perturbadores do desenvolvimento da economia local, causados pela existência de diplomas legais obsoletos ou deficientes. Simultaneamente, na tentativa de responder às novas solicitações derivadas do desenvolvimento económico e social, empenhar-nos-emos na promoção da modernização administrativa nos diversos serviços públicos deste domínio; na revisão e simplificação dos procedimentos administrativos por forma a elevar a eficiência da Administração; no aperfeiçoamento do serviço "Carta de Qualidade", bem como na elevação da qualidade dos trabalhadores da função pública e do nível dos serviços prestados, continuando ainda a promover o serviço "Governo Electrónico".

Implementação do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau. Em primeiro lugar, serão estudadas medidas para promover a articulação e o apoio aos sectores interessados para efeitos de aumento da

qualidade dos seus produtos e da sua capacidade competitiva, incrementando ainda as exportações de Macau para o Continente através do aproveitamento eficaz do estipulado no Acordo, no âmbito da isenção das tarifas aduaneiras, prevista no capítulo respeitante ao "comércio de mercadorias". Serão disponibilizadas informações mais completas e serviços logísticos, de modo a facilitar a entrada dos produtos de Macau no mercado do Continente. Em simultâneo, os serviços competentes irão estudar medidas adequadas, prestando apoio necessário para que o sector dos serviços consiga penetrar no mercado do Continente para o desenvolvimento das suas actividades. De seguida, serão promovidas facilidades para o comércio e investimento entre o Continente e Macau, particularmente no que diz respeito ao reforço da cooperação bilateral nos domínios de promoção do investimento comercial, comércio electrónico, colaboração entre as pequenas e médias empresas, entre outros, de modo a eliminar os obstáculos encontrados no processo da cooperação económica e comercial e concretizar, passo a passo, a interligação económica entre as duas partes, particularmente entre Macau e as regiões situadas no Delta do Rio das Pérolas. Assim, na tentativa de melhor concretizar o Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau, os serviços competentes irão reforçar as acções destinadas à divulgação do conteúdo do Acordo e das oportunidades comerciais que o mesmo venha a proporcionar.

Promoção da criação de "três" plataformas de serviços comerciais. Serão intensificadas as actividades promocionais no sentido de proporcionar ao exterior um conhecimento mais aprofundado sobre as funções de plataforma tripla de serviços que Macau desempenha: plataforma de serviços comerciais para a Zona Oeste de Guangdong, através da promoção contínua das actividades relativas à cooperação e intercâmbio económico e comercial com essa Zona; plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, através da concretização efectiva dos trabalhos de acompanhamento relacionados com o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e plataforma de serviços para os empresários chineses, através do estreitamento da ligação e cooperação com as associações de empresários chineses espalhadas por todo o mundo.

Apoio às pequenas e médias empresas. Concretizar-se-ão os planos de apoio e de garantia às pequenas e médias empresas, ajudando-as na formação de recursos humanos para reforçar a sua competitividade. Será prestado apoio às referidas empresas no aprofundamento da cooperação com o exterior, no sentido de abrir novos espaços de desenvolvimento, tanto no Continente como no exterior, proporcionando-lhes serviços de consultadoria mais efectivos e direccionados.

Melhoramento da situação de emprego. As actividades a desenvolver incidirão sobre as seguintes vertentes: atenuação dos problemas enfrentados pelas pessoas de meia-idade, com baixo nível de habilitações literárias e que tenham dificuldades em encontrar emprego, através da revisão da lei laboral e da introdução de um sistema sobre o trabalho a tempo parcial que, para além de poder aumentar a flexibilidade do horário do trabalho, permitirá proporcionar-lhes mais oportunidades de trabalho; elaboração e implementação da legislação sobre a proibição do trabalho ilegal, no sentido de combater rigorosamente a contratação ilegal de

indivíduos não residentes, bem como as actividades ilegais executadas pelos mesmos por conta própria; promoção de cursos de formação direccionadas para pessoas de meia-idade com baixa escolaridade, bem como o encorajamento e a promoção da exploração em Macau de actividades adequadas ao desenvolvimento local que permitam oferecer um grande número de postos de trabalho e que, em simultâneo, não exijam aos seus trabalhadores um alto nível de qualificação. Além disso, serão intensificadas as acções de conjugação entre a oferta e a procura de emprego e de recolocação, e prestados apoios aos desempregados para que eles possam integrar-se novamente no mercado de trabalho, empenhando-se, ainda, no aperfeiçoamento das acções de formação profissional com vista a proporcionar cursos mais direccionados e práticos. Ao cumprir rigorosamente a "Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais", será reforçada e melhorada a gestão sobre a importação de TNRs, por forma a garantir a contratação prioritária de cidadãos locais, envidando ainda esforços para intensificar o controlo do mercado de trabalho, no sentido de manter a sua agilidade e competitividade.

Manutenção da estabilidade e solidez das finanças públicas e da situação financeira. No âmbito da gestão das finanças públicas, as actividades a desenvolver incluirão: continuação da gestão das finanças públicas de Macau em função do princípio "adequar as despesas às receitas arrecadadas de forma a alcançar equilíbrio entre ambas"; aperfeiçoamento progressivo do sistema da gestão financeira das entidades autónomas, reforço do mecanismo destinado à inspecção das entidades com autonomia financeira e fiscalização dos seus orçamentos; regulamentação, com maior rigor, das matérias quanto à constituição de entidades com autonomia financeira e a manutenção da sua existência, uniformização do modelo de contabilidade interno dessas entidades, a fim de elevar a transparência das respectivas contas e assegurar uma gestão e optimização efectiva dos recursos financeiros públicos; manutenção e consolidação das vantagens que Macau possui no que diz respeito a um regime fiscal simples, com baixa taxa de tributação, bem como melhoramento contínuo das facilidades proporcionadas ao público na área da tributação fiscal.

Os trabalhos respeitantes à supervisão das actividades financeiras abrangerão os seguintes: intensificação e melhoramento da supervisão bancária e seguradora; reforço do mecanismo destinado à prevenção e diminuição do risco financeiro, no sentido de assegurar a normalidade do mercado financeiro; promoção da modernização financeira e do estabelecimento do sistema de pagamentos "RTGS – Real Time Gross Settlements" das operações bancárias, bem como gestão prudente da Reserva Cambial e do Fundo de Reserva da RAEM.

Aperfeiçoamento contínuo do regime de segurança social. Proceder-se-á, de forma gradual, à reforma do regime da segurança social, revendo as respectivas leis e regulamentos, em função da evolução da sociedade e da economia. Será estudada a criação de um fundo autónomo destinado ao pagamento dos salários em dívida, em consequência da falência de empresas. À medida que se efectue o aperfeiçoamento do regime de contribuições dos trabalhadores com vínculo precário, serão geridos, eficientemente, os fundos da segurança social e das pensões dos funcionários públicos, a fim de garantir os capitais e assegurar a sua valorização.

Área da Segurança

"Prevenir e combater a criminalidade, proteger a segurança da vida e dos bens das pessoas e salvaguardar a tranquilidade e a paz públicas" constitui uma orientação estratégica de carácter genérico que as autoridades de segurança sempre persistirão em concretizar. Foram estes os objectivos que, desde o início do ano de 2003, procurámos prosseguir, socorrendo-nos de um conjunto de medidas proporcionadas pelo exercício das funções próprias de cada uma das corporações e serviços desta área de governação, para cujo êxito contribuiu a articulação das potencialidades e o aproveitamento das sinergias disponíveis de cada um desses organismos.

Graças a uma série de ajustamentos e medidas de aperfeiçoamento adoptados no âmbito da renovação tecnológica, da optimização das operações e da gestão dos recursos, lográmos reforçar a função de comando unificado das polícias e de recolha e análise de informações. Os Serviços de Alfândega estão a percorrer o caminho de afirmação e aperfeiçoamento do seu papel de salvaguarda da lei e da disciplina, e bem assim do incremento do comércio.

Concentrámo-nos nas novas tendências decorrentes do desenvolvimento dos sectores do jogo e turismo de Macau e na dinâmica própria das sociedades modernas, estudando e analisando seriamente os diversos tipos de crimes e planeando as estratégias adequadas. Por um lado, através da mobilidade dos agentes e da colaboração entre os serviços, procurámos reforçar a força policial da linha de frente, intensificar a inspecção e o controlo interno e externo dos muitos estabelecimentos de diversões, dos pontos turísticos e dos pontos "negros" de segurança, bem como efectuar operações de diversas envergaduras contra a criminalidade. Ao mesmo tempo, investimos em mais recursos, introduzindo adequadamente técnicas e equipamentos avançados, intensificando a formação profissional dos agentes, elevando a técnica policial no que respeita à investigação e à recolha de provas, com a finalidade essencial de elevar a sua qualidade, e implementando as tecnologias mais avançadas, por forma a elevar a capacidade de resposta imediata da Polícia.

No ano em curso é inegável o sucesso alcançado no combate ao crime violento, ao crime ligado com a droga, ao contrabando, à entrada e permanência ilegal de pessoas e aos trabalhadores ilegais. No que respeita à questão da prevenção da delinquência juvenil, reforçámos ininterruptamente a comunicação, ligação e cooperação com as escolas, organizações e respectivos serviços do Governo, estudando em conjunto as estratégias a desenvolver e adoptando medidas para a prevenção da delinquência juvenil.

Uma das nossas principais políticas do ano 2003 consistiu na promoção do serviço policial comunitário e na cooperação íntima entre polícia e os residentes. Para isso, continuámos a aperfeiçoar as diversas medidas que facilitam a vida dos habitantes e, ao mesmo tempo, a intensificar as actividades de sensibilização, elevando a transparência do funcionamento policial e reforçando a concretização dos diversos programas de "Carta de Qualidade". Também reforçámos o patrulhamento e as acções de inspecção nas diversas zonas, em ordem a prevenir e tratar oportunamente os diversos tipos de crimes e os incidentes imprevistos nas vias públicas. Paralelamente, impulsionámos a interacção entre a Polícia e a população, aumentando a compreensão mútua, com vista a uma melhor prevenção e combate da criminalidade.

No âmbito da gestão das corporações, reforçámos os níveis hierárquicos de superintendência e gestão interna e executámos, com critério e rigor, uma política disciplinar de punição e recompensa, tendo contado, para tanto, com o apoio concedido pelo Comissariado Contra a Corrupção, pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pelos tribunais e pelo

Ministério Público e, bem assim, pelas diversas escolas e universidades. Elegemos a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau como sede de formação, desenvolvemos a actividade das Escolas do CPSP e da Polícia Judiciária, bem como o intercâmbio e cooperação com as escolas superiores e organismos policiais da China Continental e do estrangeiro, e organizámos diversos tipos de cursos de formação, em ordem a introduzir conhecimentos e técnicas avançadas, colher experiências e elevar o nível profissional.

Dentro do plano geral da protecção civil do corrente ano, desenvolvido pelo Gabinete Coordenador de Segurança, esforçámo-nos por elevar a consciência e a capacidade dos residentes na prevenção de incêndios e de tufões com a participação conjunta dos serviços de incêndios, da população, de organismos privados, de organizações cívicas e dos demais serviços governamentais. Além disso, organizámos manobras conjuntas de salvamento de emergência com a Província de Guangdong, promovendo a cooperação entre os serviços de emergência médica e de salvamento destes dois lugares. Durante o surto da pneumonia atípica, no primeiro semestre do corrente ano, as respectivas corporações e organismos no âmbito de segurança desenvolveram, em pleno, o espírito de equipa e a capacidade profissional, o que muito contribuiu – em conjunto com os esforços dos demais serviços governamentais e da população de Macau – para o êxito da tarefa.

Participámos activamente nos trabalhos de revisão e de aperfeiçoamento de leis e de regulamentos, tendo concluído no corrente ano diversos projectos no âmbito da segurança, entre os quais se contam os seguintes: o regime de carreiras, dos cargos e do estatuto remuneratório do pessoal dos Serviços de Alfândega; o regime de autorização de entrada, permanência e residência na RAEM; o diploma que cria o Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau; o Regulamento de Honras e Continências, etc.

No âmbito da cooperação com o exterior, criámos um canal de contacto directo entre as autoridades policiais de Xangai e de Macau e registaram-se alguns avanços nas relações de cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau, tendo-se criado uma linha aberta para permuta de informações relacionadas com assuntos criminais e formado consenso no que respeita à criação de um mecanismo de cooperação na troca de informações para o combate do terrorismo. Além disso, continuámos a manter ligações com as organizações da Interpol e as polícias de diversos países, por forma a manter actualizado o conhecimento das últimas tendências criminais e a intensificar a recolha e análise de informações anti-terrorismo.

Face ao acima exposto, conclui-se que as diversas tarefas previstas para o corrente ano foram gradual e eficazmente executadas. Graças ao apoio e articulação dos diversos serviços governamentais, órgãos legislativo e judiciais, e a participação e interacção com toda a população, conseguimos alcançar bons resultados quanto à manutenção da segurança, prevenção e combate à criminalidade. Estamos cientes de que são a determinação e o espírito de equipa que nos impulsionam a desenvolver as potencialidades inerentes às nossas funções profissionais.

Enquanto sector do Governo com maiores responsabilidades na fiscalização do cumprimento da lei, iremos prosseguir, em articulação com a política geral delineada pelo Governo da RAEM, o desenvolvimento dos diversos planos de trabalho para o próximo ano, dando seguimento à execução das nossas atribuições, contribuindo para o estabelecimento da consciência cívica global, traduzida no sentido do dever e do primado da lei, e dedicando-nos com afinco à melhoria do serviço público. Iremos ainda definir estratégias de segurança adequadas ao desenvolvimento,

bem como de medidas que garantam a sua execução eficaz, decorrente o esforço conjunto do Secretário para a Segurança e de todas as corporações e organismos a ele subordinados.

No próximo ano iremos concentrar maior esforço na regulamentação da gestão e da fiscalização das corporações, acompanhando os objectivos gerais da política da RAEM e tomando por base a execução da lei com justiça e imparcialidade. Regulamentaremos os serviços prestados, a gestão interna e a fiscalização eficaz dos trabalhos essenciais, encaminhando a atitude para a consciência de bem servir. Continuaremos a promover o plano "Carta de Qualidade" e a aperfeiçoar o mecanismo de controlo interno e externo, criando uma comissão de fiscalização disciplinar. É nossa esperança, mediante esforço contínuo, formar gradualmente um sistema de gestão eficaz, criando serviços voltados para uma prestação de serviços de alta qualidade.

Quanto ao planeamento das operações para o combate à criminalidade, no próximo ano, mediante a racionalização da distribuição dos trabalhos, propomo-nos elevar a capacidade de investigação e de descoberta dos crimes, prevenindo-os, controlando-os e, assim, diminuindo a sua ocorrência. Em articulação com os diversos sectores da sociedade, iremos alcançar a plena eficácia na resolução das questões de segurança mais relevantes que hoje em dia se colocam a Macau. O primeiro passo será o de controlar, fiscalizar e reprimir com eficácia os crimes relacionados com o sector do jogo, garantindo o são e estável desenvolvimento deste sector e do sector do turismo. O segundo passo será o de reforçar o combate às actividades de tráfico de droga e de abuso de droga, especialmente o abuso de drogas leves por parte dos jovens. O terceiro será o de encontrar soluções para fazer face aos novos métodos utilizados para a prática de crimes, reforçando o combate aos crimes de alta tecnologia e aos crimes transfronteiriços. O quarto será o de combater, em articulação com os serviços competentes, as "lojas negras", para salvaguardar a imagem turística de Macau e proteger as propriedades dos sectores primordiais. O quinto será o de reforçar o patrulhamento e combater os "trabalhadores ilegais", de forma a proteger os direitos e interesses dos trabalhadores locais e estabilizar o mercado laboral do território. Para atingir os objectivos acima mencionados, os trabalhos a desenvolver envolvem o vasto leque de atribuições de todas as corporações e organismos das Forças de Segurança.

Relativamente à tendência e à evolução da pequena criminalidade ou da criminalidade de pequena envergadura que envolve a população, a autoridade de segurança vai ser implacável. A cooperação entre a Polícia e a população é crucial para a descoberta do crime, seja qual for o seu tipo. Por isso, de acordo com o plano de trabalho policial da comunidade para o próximo ano, a prioridade vai no sentido de aperfeiçoar a relação entre a Polícia e a população, aprofundar o policiamento da comunidade e combater os pequenos crimes que influenciam a vida normal e o trabalho da população. Auscultaremos as opiniões e propostas da sociedade e organizações cívicas, simplificaremos os procedimentos administrativos, intensificaremos o patrulhamento e, através do "grupo de intervenção de emergência", responderemos e trataremos rapidamente os incidentes imprevistos ocorridos nas vias públicas que afectem a tranquilidade social. Propomo-nos ainda planear e difundir métodos e medidas de prevenção contra incêndios e furto, bem como medidas de prevenção da ocorrência de crimes, assumindo um combate conjunto contra o crime em que a população tem um relevante papel para eliminar os factores propiciadores da sua ocorrência. Este papel é essencial à concretização positiva do policiamento da comunidade.

A fim de proteger o são e estável desenvolvimento dos sectores do jogo e do turismo e de garantir a organização com sucesso das diversas actividades de grande envergadura, iremos

aplicar estratégias de rigor, elevar a capacidade de resposta e intensificar a plena capacidade de prevenção e defesa contra incidentes catastróficos. Iremos também enviar elementos ao estrangeiro, para recolher as experiências mais avançadas no trabalho de emergência, no controlo de grandes fluxos de pessoas e nos métodos de segurança e protecção, bem como reforçar a segurança interna de Macau e as medidas anti-terrorismo, tudo com o objectivo final de proteger eficazmente a segurança da população e proporcionar um ambiente seguro para o desenvolvimento de actividades económicas e para a realização de grandes eventos.

A prevenção da delinquência juvenil, com vista a reduzir a taxa de criminalidade dela decorrente, é uma das questões sociais que mais preocupa a comunidade internacional. Para a resolução desta questão não bastam os estudos que desde sempre temos feito para a definição das estratégias a seguir, mas, sim, o envolvimento de todas as forças sociais na sua aplicação. Assim, as autoridades de segurança irão reforçar a sua cooperação e articulação com os diferentes serviços governamentais, para, com o apoio das associações, escolas e famílias, intensificar os serviços a prestar e dar maior atenção à educação e às acções de divulgação. Iremos reforçar a cooperação com os competentes serviços da China Continental, a fim de evitar o abuso ou consumo e tráfico de droga por parte de jovens, bem como para combater actos de aliciamento e coacção de jovens para a prática de crimes, em prol do saudável crescimento daqueles.

Os recursos humanos constituem factor essencial e basilar para o desenvolvimento económico e tecnológico. Iremos racionalizar a gestão de pessoal, prestar atenção à sua formação e promover a cultura policial de apetência pelo conhecimento. Iremos, através dos mais diversos meios, desenvolver as potencialidades dos mecanismos do sistema de formação e das funções dos serviços, de forma a facultar ao pessoal mais e melhores oportunidades para aprender. Proporcionaremos acções de formação que terão por objectivo elevar a cultura, os conhecimentos, a moral e a ética, a aptidão funcional, o uso de tecnologia moderna, o domínio das leis, a compleição física e a qualidade psicológica, em geral, dos elementos das Forças de Segurança. Por outro lado, iremos continuar o recrutamento, a fim de introduzir novos elementos nas Forças de Segurança.

É, pois, com base na elevação das qualidades do pessoal e com o apoio das infraestruturas tecnológicas ora ao dispor, bem como com outras supervenientes, que iremos propor a aplicação integrada da tecnologia para elevar o nível do uso da informática pelos diversos serviços. Procuraremos introduzir a investigação por meios científicos e as técnicas e equipamentos para a realização de exames periciais, com vista a aperfeiçoar os métodos de investigação e os meios de combate à criminalidade aplicados pelos agentes, bem como a elevar a capacidade da descoberta dos crimes. Propomo-nos ainda estudar o alargamento do âmbito das aplicações efectivas da rede de fibra óptica das Forças de Segurança, bem como planear a introdução do sistema de rádiocomunicação digital. Além disso, e em articulação com a utilização do bilhete de identidade de residente do tipo "cartão inteligente", iremos estudar a possibilidade da instituição do "sistema automático de passagem nas fronteiras". Estando a construção da rede de informática que interliga todo os sistemas de segurança da RAEM praticamente concluída, podemos aderir, a qualquer momento, ao plano de "Governo electrónico", ligando-nos, assim, aos outros serviços e organismos.

Propomos para os Serviços de Alfândega a prossecução da sua actividade tendo em atenção o são desenvolvimento do sector do turismo, do sector logístico e do sector comercial, industrial

e do comércio externo, pelo que, para além do reforço das infraestruturas de apoio e do desenvolvimento da rede informática, iremos consolidar o desenvolvimento dos Serviços Alfandegários para construir uma imagem de elevado padrão profissional, de incorruptibilidade, de isenção e imparcialidade.

Optimizar permanentemente a gestão e o funcionamento do EPM e enriquecer a sua função de apoio aos reclusos no que se refere ao domínio da sua auto-correcção e reinserção social são as prioridades das tarefas nesta área a que temos sempre dado grande atenção. No próximo ano, o EPM irá continuar a desenvolver uma série de planos de trabalho, no sentido de elevar a qualidade do pessoal, alargar as suas instalações e equipamentos e aumentar a transparência dos trabalhos, a fim de optimizar a gestão do estabelecimento prisional. Procurar-se-á ainda encorajar os reclusos a gerirem a sua pória correcção e reforçar a sua auto-estima e a capacidade para se adaptarem à sociedade o mais breve possível depois da sua libertação.

A questão do trânsito preocupa todos os utentes, pelo que, no próximo ano, empenhar--nos-emos no trabalho de ordenamento da segurança rodoviária, com a finalidade essencial de manter a ordem normal de trânsito e prevenir os acidentes rodoviários. Será com base no sistema de fiscalização electrónica que detecta as infracções cometidas junto dos sinais luminosos, das operações "stop", dos testes da taxa de alcoolemia e do controlo de velocidade por "radar" que vamos prevenir e punir os actos de grave violação. Para além de reforçar a repressão da infracção, iremos também dar mais atenção aos trabalhos de sensibilização no âmbito da segurança rodoviária, procurando conjugá-los com a educação, a fim de atingir os resultados desejados ao nível da prevenção e da erradicação das infracções.

Continuaremos a cooperar e a promover a articulação com os serviços competentes para, de acordo com o plano de produção/revisão legislativa, rever as leis e elaborar os projectos de lei no âmbito da segurança, emitir o nosso parecer e apresentar as nossas propostas sempre que solicitados, por forma a melhorar a estrutura legislativa na área da segurança. Ao mesmo tempo, iremos continuar a incrementar a cooperação e o intercâmbio com os serviços de segurança internacionais e inter-regionais, criar mecanismos de troca rápida e eficaz de informações e explorar as vias de intercâmbio técnico e de formação de pessoal para o combate eficaz da criminalidade.

As estratégias e medidas de segurança para o ano 2004 tomarão em consideração as necessidades do desenvolvimento económico de Macau e as adaptações às mudanças registadas com a reforma verificada na sociedade, com vista a garantir que os cidadãos vivam em paz e tranquilidade e a criar as condições que favorecem um bom ambiente sócio-económico. É esta a nossa obrigação e responsabilidade, sendo certo que o êxito desta tarefa depende da cooperação do pessoal das corporações e organismos das Forças de Segurança e do apoio, articulação e fiscalização dos cidadãos.

No próximo ano as corporações e organismos das Forças de Segurança de Macau irão continuar, guiadas pelo lema "melhor servir o público" e pelo espírito de "servidor público", a acompanhar o evoluir da sociedade, a promover a cultura de dedicação ao interesse colectivo, a aperfeiçoar e elevar ininterruptamente a qualidade dos serviços, a fiscalizar com urbanidade o cumprimento e execução da lei e a manter a tranquilidade social, a fim de melhor cumprir as nossas atribuições e de manter Macau como uma das cidades mais seguras do mundo.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

O ano de 2003 foi um ano de grandes mudanças provocadas por factores externos, obrigando a Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura a, face à conjuntura, preparar respostas e tomar as medidas adequadas, para efeitos de garantir a prestação de serviços aos cidadãos. Essas medidas vão ao encontro das necessidades da sociedade, em rigoroso cumprimento da política "Servir melhor o público" do Governo da RAEM.

O surto da Síndroma Respiratória Aguda Severa (SRAS) nas regiões vizinhas constituiu um grande desafio para o sistema de saúde de Macau. Para um rápido desenvolvimento dos trabalhos de prevenção e de combate às doenças infecto-contagiosas, os Serviços de Saúde tomaram as necessárias medidas de emergência, criando, num curto espaço de tempo, uma enfermaria de isolamento do hospital, vários centros de isolamento nas ilhas e a construção de várias instalações, a promoção de obras de remodelação e de aperfeiçoamento. Em simultâneo, puseram em prática um método rápido de testes do vírus, adquirindo medicamentos e equipamentos de protecção, bem como organizaram cursos de formação para os profissionais de saúde no âmbito dos trabalhos de prevenção, combate e controle da SRAS. Estas medidas servirão, no futuro, como base para a prevenção e tratamento de doenças epidémicas.

Em 2003, os Serviços de Saúde deram continuidade a acções que visavam o aperfeiçoamento dos serviços, designadamente a criação de um balcão único que reúne os serviços de marcação de consulta externa, de análise laboratorial e de exame, a prescrição médica por meios electrónicos e o serviço on-line de acesso aos resultados de exames. Registou-se um aumento da qualidade dos cuidados de saúde, permitindo desenvolver intervenções cirúrgicas em várias especialidades; reforçou-se a cooperação com entidades médicas do exterior no âmbito de investigação e intercâmbio científicos. Para efeitos de aperfeiçoamento do sistema de saúde de Macau, continuámos a conceder apoio e financiar o desenvolvimento de diversas instituições médicas e associações. Criámos equipas especializadas incumbidas de dar formação ao pessoal das organizações médicas não-governamentais. Divulgámos o "Guia de Saúde Comunitária" e reforçámos a vigilância da higiene alimentar, a prevenção e vigilância da Febre de Dengue e demais doenças infecto-contagiosas. No que concerne à elaboração de legislação, vários diplomas respeitantes à fiscalização de produtos farmacêuticos estão em revisão e ficou concluído o anteprojecto do diploma para a regularização do registo de produtos farmacêuticos da medicina tradicional chinesa.

No ano de 2003, com vista a responder às exigências de desenvolvimento social, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau revogou o regime de reconhecimento das habilitações académicas, aprovando um novo regulamento administrativo sobre a verificação de habilitações académicas. Além disso, o Governo aprovou, também, a criação de vários novos cursos das instituições de ensino superior, nomeadamente, cursos relacionados com as áreas do jogo, do turismo e das línguas estrangeiras. Todos estes cursos, bem como outros de formação profissional, foram organizados pelas escolas superiores, para formação e preparação de quadros qualificados, satisfazendo, assim, no futuro, as necessidades resultantes do desenvolvimento de Macau. No corrente ano, o número de matrículas de alunos nas três instituições de ensino superior aumentou entre 20 e 40 por cento.

Relativamente à revisão do Sistema Educativo de Macau, os trabalhos preliminares de consulta e recolha de opiniões (1ª fase), referentes ao ensino não-superior, estão já concluídos, estando neste momento o projecto em fase de redacção final, após a qual se iniciará a fase de consulta alargada. Por outro lado, em relação ao anteprojecto das "Normas para a Construção e Equipamento Escolar" estão já concluídos os trabalhos de consulta; também, o "mecanismo de avaliação escolar global" está a ser testado. Com a promoção alargada de um ensino que privilegia a criatividade, a arte, as ciências e a tecnologia, reforçámos a formação dos docentes e do pessoal escolar. Quanto ao apoio aos jovens, iremos reforçar o apoio aos alunos carenciados, aos alunos com dificuldades e aos que abandonaram as escolas.

Os trabalhos desenvolvidos pelo IAS em 2003 consistiram sobretudo na criação de vários centros e equipamentos de apoio, nomeadamente, um centro de acolhimento para mulheres e crianças destinado a apoiar mulheres maltratadas, um pequeno lar destinado a adolescentes com desvio comportamental, um centro de apoio a jovens, com serviço externo localizado na zona norte, o Centro Pou Choi da Associação de Reabilitação Fu Hong para pessoas deficientes, o Centro de Apoio à Educação para o Combate ao Abuso de Drogas para prevenção da toxicodependência, o Centro de Dia de Reabilitação "Canto de Saúde" e o Centro de Tratamento (Secção Feminina) do Desafio Jovem, entre outros. A par disso, foram reforçados serviços já existentes, tais como o recente serviço de linha aberta de 24 horas, os serviços domiciliários destinados aos idosos bem como a reabilitação especial para jovens residentes em lares. De modo a elevar a qualidade destes serviços, iremos realizar acções de formação destinadas aos assistentes sociais de primeira linha e iremos promover estudos sobre vários temas no âmbito da acção do IAS.

Embora, , as actividades turísticas de Macau tenham sofrido um grande impacto com o surto da SRAS no primeiro semestre do ano, esta situação melhorou, no segundo semestre, após fortes campanhas promocionais lançadas pelo governo da RAEM nos mercados de Hong Kong e da China Continental. Com a concretização da política "Turismo de Visto Individual" que permite aos cidadãos da China Continental visitar Hong Kong e Macau, registou-se um aumento de turistas vindos da China Continental. Perante esta situação, a Direcção dos Serviços de Turismo, tanto reforçou as acções de promoção no exterior como também assegurou o desenvolvimento dos mercados turísticos da China Continental. Na aplicação das linhas "Diversidade Cultural" e "Promoção de Eventos" realizámos várias actividades de grandes dimensões, designadamente a campanha "Bem-Vindo a Macau no Verão" e o "Festival do Jubileu do Grande Prémio de Macau" que decorreu durante um mês inteiro. Ao mesmo tempo, em Maio, vários serviços no âmbito de turismo foram lançados, a saber: o primeiro Guia Turístico electrónico para PDA, "Mapa de Macau", entrou em funcionamento, o conteúdo da homepage dos Serviços de Turismo foi actualizado e o procedimento administrativo para atribuição de licenças foi revisto; foram realizados estudos de projecção de cenários; intensificámos o intercâmbio de contactos com a China Continental para a troca de informações de mútuo interesse. Além disso, iremos continuar a reforçar o desenvolvimento do segmento de turismo de reuniões, conferências, incentivos e exposições (MICE) e obtivémos a realização em Macau da "Conferência da Comissão Territorial da Ásia-Oriental e Pacífico 2004" da Organização Mundial do Turismo.

Os "Monumentos Históricos de Macau" foram incluídos definitivamente na lista da República Popular da China candidata a Património Mundial em 2005. A fim de dar cumprimento a este trabalho de grande significado, o Instituto Cultural planeou e deu início ao Programa de Conservação e Divulgação do Património Cultural de Macau 2003-2005. Para além de organizar um estudo sistemático do património cultural de Macau com especialistas e estudiosos da área, o IC experimentou ainda novos métodos de conservação do património cultural através do reaproveitamento do mesmo, aumentando desta forma a consciência da população relativamente à sua conservação. Quanto ao fomento do desenvolvimento artístico local, o IC realizou, a par da constituição da Orquestra de Macau, vários espectáculos e actividades educativas na área musical. O Festival de Artes de Macau e o Festival Internacional de Música de Macau também contribuíram para divulgar as artes e estimular a criação artística inovadora, tendo a Feira de Artes, organizada pela primeira vez em Macau, sido muito bem acolhida pela população em geral. Quanto ao reforço das estruturas culturais, o Museu de Macau e a Biblioteca lançaram vários serviços e adoptaram várias medidas para incentivar a população a aproveitar os recursos culturais e a desenvolver os seus conhecimentos.

2003 tem sido um ano decisivo na preparação da 4.ª edição dos Jogos da Ásia Oriental. A construção e o aperfeiçoamento das infra-estruturas desportivas, o recrutamento de pessoal, a selecção de parceiros comerciais, a promoção e a divulgação, a coordenação entre os serviços públicos são tarefas que têm decorrido a bom ritmo. Neste momento, constata-se que os pavilhões desportivos recentemente construídos entraram em funcionamento e estão totalmente operacionais. Para elevar o nível do desporto de alta competição, o Instituto do Desporto tem reforçado a aposta na formação de agentes desportivos, o apoio financeiro e o estímulo à participação dos atletas nas grandes competições desportivas realizadas na China Continental e no Exterior. Além disso, o programa de apoio aos treinos, em quatro modalidades experimentais, tem registado resultados satisfatórios. 2003 tem sido um ano em que os atletas locais têm conquistado melhores resultados desportivos, em comparação com outros anos. Macau, cidade situada no sul da China, participou pela primeira vez nos Jogos Nacionais de Inverno, o que demonstra que estamos preparados para diferentes modalidades desportivas. Acrescenta-se que o Instituto do Desporto tem continuado a organizar muitas competições desportivas de nível internacional, acumulando experiência na organização de eventos desportivos de grande escala e oferecendo aos cidadãos mais oportunidades para apreciar espectáculos desportivos. No que respeita às actividades de generalização da prática desportiva, para além das actividades de promoção e de desporto recreativo, temos organizado cursos para interesses diversificados, adaptados às diferentes necessidades de comunidades e aos diversos escalões etários.

No ano de 2004, a Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura continuará a acompanhar de perto as necessidades do desenvolvimento da sociedade, consolidando e ampliando os resultados alcançados e envidando esforços para proporcionar um melhor ambiente social aos cidadãos, no plano de condições de vida, emprego, formação e desenvolvimento de actividades.

A prevenção e tratamento da SRAS e outras doenças infecto-contagiosas constituem ainda

uma prioridade dos Serviços de Saúde para o próximo ano, havendo necessidade de harmonizar, no âmbito da legislação e do sistema, recursos e capacidades. No ano 2004, iremos empenhar-nos na construção, junto da parte lateral do Centro Hospitalar Conde de São Januário, de um edifício autónomo com 100 camas destinado ao tratamento de doenças infecto-contagiosas, bem como criar um laboratório com condições de bio-segurança de nível III (P3) definidas pela Organização Mundial de Saúde. Em simultâneo, reforçaremos a vigilância das doenças epidémicas e a colaboração com as regiões vizinhas, e concluiremos a legislação relativa à prevenção e tratamento das doenças infecto-contagiosas. No que concerne à melhoria da gestão administrativa para efeitos de elevação da eficácia dos serviços médicos, iremos tomar as medidas adequadas, nomeadamente a concretização do projecto da reestruturação dos Serviços de Saúde, a continuação da revisão e aperfeiçoamento dos regulamentos internos e mecanismos de vigilância e avaliação dos diversos serviços, bem como a promoção de uma cultura de serviços com qualidade entre os profissionais de saúde. No que concerne aos trabalhos de fiscalização dos produtos farmacêuticos a cargo dos Serviços de Saúde, está prevista a definição de diversa legislação, nomeadamente diplomas reguladores de medicamentos convencionais e produtos farmacêuticos de medicina tradicional chinesa. Para concretizar o objectivo de longo prazo de consolidação do estatuto de 'Macau cidade saudável', os Serviços de Saúde irão, em colaboração com as forças vivas de toda a Sociedade, promover a divulgação de conhecimentos de saúde e higiene e outras actividades, a bem da nossa saúde comunitária.

Em 2004, as instituições de ensino superior irão proceder à reorganização dos seus cursos, reforçando a formação em línguas estrangeiras e exortando os seus docentes a elevar a qualidade pedagógica a fim de formar alunos com melhores aptidões, capacidades e conhecimentos. Estas instituições de ensino irão continuar a intensificar a cooperação com entidades congéneres no exterior, criando melhores condições para o desenvolvimento da investigação científica, procedendo à construção e ampliação das instalações para uso pedagógico e outras instalações complementares. Além disso, as instituições irão consolidar a sua gestão, que já atingiu um patamar de qualidade. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá avaliar, por um lado, a necessidade de criação de novas instituições de ensino superior e, por outro, estudar a possibilidade de implementação de novos regimes de avaliação e de créditos, para além de continuar o processo de revisão da legislação do ensino superior. Relativamente ao ensino não-superior, iremos continuar os trabalhos de revisão do Sistema Educativo de Macau e da legislação competente, dando mais um passo no plano de trabalhos de divulgação e concretização dessa legislação. Iremos rever a estrutura orgânica da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. Em relação aos aspectos pedagógicos, serão revistos e renovados o enquadramento e critérios curriculares da RAEM, para que, mais escolas sejam sujeitas a avaliação escolar global. Iremos continuar a fornecer recursos e informações às instituições escolares, estimulando e impulsionando encontros e conferências para a troca de experiências pedagógicas, intercâmbios e estudos interescolares, em Macau, e entre a Região e as zonas vizinhas. O Governo está a implementar progressivamente o Sistema de Indicadores da Juventude, tendo em vista o desenvolvimento a longo prazo dos assuntos da Juventude. Está em estudo, para entrar em vigor, em breve, os critérios de reconhecimento profissional da

capacidade dos docentes da educação para adultos, ao mesmo tempo que é estimulada e regulamentada a criação de instituições de educação permanente.

A fim de dar continuidade ao apoio prestado aos grupos sociais mais desfavorecidos, iremos reforçar o papel social da família e ampliar a rede de apoio comunitário. O Instituto de Acção Social irá desenvolver as suas actividades tendo em conta a tendência do desenvolvimento demográfico, o equilíbrio do desenvolvimento dos serviços das creches, o reforço dos serviços de cuidados contínuos aos idosos, a definição de um critério para a avaliação dos utentes, o reforço do apoio aos idosos isolados e o acompanhamento da situação de saúde dos mesmos. No que toca ao apoio destinado aos jovens, está em fase de planeamento um ajustamento em relação aos trabalhos relacionados com os serviços externos de apoio à juventude. Estamos a planear a criação de uma rede de apoio comunitário para os jovens que abandonam a escola e os jovens sem emprego, assim como o lançamento do Projecto "Vida dos Jovens". O Governo está a planear criar um centro inter-profissional e multi-disciplinar para avaliação de pessoas deficientes e um lar para pessoas com deficiência mental onde será dado apoio e educação para os seus cuidados pessoais. Por outro lado, iremos lançar o "Programa de Apoio ao Emprego das Pessoas Portadoras de Deficiência". O IAS irá continuar a divulgar conhecimentos sobre a prevenção do abuso de medicamentos por parte das crianças e jovens, bem como continuar a realizar o Programa "Prémio para Acções de Combate à Droga dos Jovens"; irá também reconstruir um centro de desintoxicação particular bem apetrechado, para o sexo masculino. Em 2004, por ocasião do 10º. aniversário do "Ano Internacional da Família" das Nações Unidas, iremos realizar uma conferência subordinada ao tema "Educação relativa á Vida em Família".

Em resultado do desenvolvimento favorável das actividades turísticas em 2003, a Direcção dos Serviços de Turismo irá realizar várias acções relacionadas com a melhoria das condições do turismo e desenvolver projectos de penetração em novos mercados. Para além de consolidar os mercados da China Continental, Hong Kong e Taiwan, com o funcionamento das carreiras marítimas que ligam o Aeroporto Internacional de Hong Kong, e a chegada directa aos pontos turísticos de Macau, iremos envidar esforços para conquistar os mercados turísticos do Japão, Coreia do Sul, países de expressão francesa da Europa Ocidental, a costa leste dos E.U.A. e Austrália. No que respeita ao desenvolvimento dos estabelecimentos turísticos, iremos lançar uma série de acções de divulgação da cultura, gastronomia, civilização e outras actividades promocionais de grande escala e medidas para desenvolver o turismo de negócios, bem como lançar guias turísticos pormenorizados para os turistas do programa FIT. Por outro lado, a fim de reforçar os serviços públicos no âmbito do turismo, será criado o Centro Multifuncional (Centro All-In-One) que concentrará todos os procedimentos administrativos. Além disso, será disponibilizada uma base de dados e o Centro de Informação e Estudo do segmento de negócios M.I.C.E., que fornecerão informações ao público e aos operadores turísticos. Em 2004, a Direcção dos Serviços de Turismo, irá organizar a "Conferência da Comissão Territorial da Ásia-Oriental e Pacífico 2004 da Organização Mundial do Turismo", e preparar a realização da reunião anual da PATA em 2005. A organização destes eventos irá reforçar a nossa participação nas actividades internacionais, bem como contribuir para divulgar o nome de Macau a nível internacional, permitindo à RAEM adquirir mais experiência no desenvolvimento do sector de turismo de convenções e incentivos.

O ano de 2004 foi designado como o "Ano de Conservação do Património Cultural de Macau". O Instituto Cultural tem planos para organizar durante todo o ano e de forma sucessiva, uma diversidade de actividades destinadas a divulgar os conhecimentos e o significado da conservação do património cultural junto da população de diferentes camadas sociais e de diferentes comunidades. O Instituto irá reforçar, através de colaboração com outros serviços governamentais, a conservação do património arquitectónico e do seu ambiente circundante, bem como o aperfeiçoamento das instalações e serviços logísticos. O Instituto irá acelerar os trabalhos de auscultação de opiniões e a revisão da legislação relativa à conservação do património cultural. Empenhar-se-á na recolha, organização e investigação de informações históricas relacionadas com o património cultural local. Quanto ao ensino das Artes, o Instituto Cultural dará prioridade à ampliação das instalações do Conservatório de Macau; dará ainda continuidade à organização de concertos escolares e de workshops; desenvolverá actividades relacionadas com o ensino das artes visuais e reforçará o apoio concedido às associações culturais; irá também reorganizar e programar a utilização dos recursos culturais locais, com vista a fomentar o desenvolvimento cultural de Macau. A construção do edifício anexo à Biblioteca Sir Robert Ho Tung será concluída em 2004, aliviando as necessidades mais prementes de espaço e funcionais das bibliotecas. Em 2004, a recentemente estabelecida Orquestra de Macau, empenhar-se-á em dar cumprimento ao seu objectivo de se tornar numa das melhores orquestras da Ásia. Além de actuar em Macau, irá viajar para o exterior para realizar espectáculos e estabelecer relações de intercâmbio.

O desenvolvimento do desporto de alta competição assume-se em 2004 como uma das prioridades políticas do Governo da RAEM, no domínio do desporto. Tendo em atenção as 17 modalidades desportivas programadas para os Jogos da Ásia Oriental, continuaremos a concentrar recursos e esforços na preparação dos atletas, tendo em vista alcançar resultados desportivos que dignifiquem a RAEM, enquanto anfitriã dos 4.os Jogos da Ásia Oriental. Continuaremos a dar o maior empenho e esforço na formação de árbitros e treinadores, nomeadamente submetendo-os à prestação de exames, como forma de elevar o nível profissional dos agentes desportivos locais. Na vertente da consolidação do bem estar físico e da promoção da qualidade de vida da população, iremos dinamizar várias actividades recreativas e serão impulsionadas e intensificadas acções de formação destinadas às camadas mais jovens. Em 2004, o Instituto do Desporto continuará a realizar grandes competições desportivas internacionais e a encorajar os dirigentes e agentes desportivos a participar nas iniciativas internacionais, de modo a acumular experiências na área da organização de eventos desportivos de grande escala. No que respeita às instalações desportivas, serão concluídas ainda no 1.º semestre de 2004 as obras de construção do Pavilhão Polidesportivo Tap Seac e até ao final do mesmo ano as obras de remodelação do Estádio de Macau. O ano de 2004 será um momento crucial na preparação dos Jogos da Ásia Oriental, tornando-se necessário testar a operacionalidade dos pavilhões e das demais instalações desportivas, das instalações de informação e comunicação e do sistema de segurança, definir os projectos relacionados com o alojamento, transporte e recepção e continuar a desenvolver o programa de formação dos voluntários. Para além disso, iremos iniciar os trabalhos preparatórios no âmbito da organização da 2ªedição dos Jogos Asiáticos em Recinto Coberto, a ter lugar em 2007.

Área de Transportes e Obras Públicas

As políticas de Transportes e Obras Públicas têm uma estreita ligação com o objectivo de *"aperfeiçoamento das infra-estruturas para o desenvolvimento da cidade e elevação da qualidade de vida da população"*.

As acções para o ano 2003 estão a desenrolar-se de acordo com o planeado, destacando-se as seguintes:

Para descongestionar a circulação de peões e viaturas durante o período da construção do edifício do novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e suas instalações acessórias, no início do ano, o Governo aproveitou a fronteira de COTAI para desvio da circulação de viaturas e construiu passagens aéreas provisórias para peões nas Portas do Cerco.

As fundações da 3.ª ponte Macau-Taipa estão concluídas e a construção dos pilares está a decorrer a bom ritmo. Os aterros da 1.a fase do Centro Logístico em COTAI e os aterros para a Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau e para o Centro Internacional de Tiro de Macau estão concluídos. A definição, pelas autoridades competentes do Continente, do itinerário do troço de ligação à RAEM da auto-estrada Pequim-Zhuhai e a entrada em funcionamento do Grupo de Trabalho de Planeamento da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau terão grande importância no aperfeiçoamento da ligação de Macau à rede rodoviária do Delta do Rio das Pérolas.

Os pavilhões desportivos destinados aos Jogos da Ásia Oriental para o ano 2005, e respectivas instalações acessórias, estão em plena execução e de acordo com o ritmo planeado, tendo-se dado atenção à sua qualidade. Entre eles, o Pavilhão Polidesportivo do IPM já entrou em funcionamento e a construção do Silo Automóvel do Complexo Olímpico de Macau já está concluída. Paralelamente, as novas instalações da Capitania dos Portos, no Fai Chi Kei, as instalações das Oficinas Navais, na Ilha Verde, e o Centro de Prevenção e Tratamento de Tuberculose já entraram em funcionamento. A construção da praça dos Lagos Nam Van e do Hospital de Psiquiatria da Taipa está concluída. As obras públicas ligadas às diferentes áreas estão a ser executadas com maior rapidez de acordo com o planeado.

Tendo em conta o aperfeiçoamento e aumento das infra-estruturas para a prevenção e tratamento de casos de SRAS, por parte dos Serviços de Saúde, foram construídos, através do processo urgente, o Centro de Prevenção contra a Epidemia e de Desinfecção e a unidade de isolamento, em Coloane. Com o apoio e a cooperação dos cidadãos, foram tratadas, com urgência, parte das obras ilegais e em estado de degradação em alguns lugares definidos como pontos fulcrais de higiene.

O reordenamento de todas as zonas urbanas está a ser efectuado em pleno: a segunda fase do aterro da zona da Barra está a ser feita, as obras de beneficiação dos edifícios, a repavimentação do Bairro de São Lázaro e o acesso que liga à colina da Fortaleza do Monte prevêem-se que fiquem concluídos durante o corrente ano. A construção do Silo Automóvel subterrâneo no Jardim Vasco da Gama está a ser executada a bom ritmo. Os estudos relativos à transformação do Campo do Tap Seac numa praça pública e à construção de um túnel subterrâneo foram concluídos em Julho. O reordenamento do Porto Interior foi iniciado e as

obras na Praça de Ponte e Horta prevêem-se que fiquem concluídas durante o corrente ano. Na zona Norte, o Parque Urbano da Areia Preta está concluído e em funcionamento. Foram realizados os concursos públicos para as obras do Asilo de Nossa Senhora do Carmo e do Centro de Saúde, de acordo com o planeado. As obras de beneficiação do NAPE estão em curso.

Até finais de Agosto do corrente ano, um vasto plano de grandes infra-estruturas e obras públicas criou mais de 6 200 postos de trabalho. O Governo tem cumprido rigorosamente o espírito da Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais na apreciação de obras públicas, e exigido, às adjudicatárias, a atribuição de prioridade no acesso ao emprego pelos trabalhadores residentes.

A actividade de transporte aéreo de passageiros no Aeroporto Internacional de Macau foi seriamente afectada pelo surto de SRAS nas regiões vizinhas durante o segundo trimestre do corrente ano. Com a estreita cooperação entre o Governo, a CAM e as companhias aéreas foi garantida a estabilidade de emprego dos trabalhadores no sector de aviação civil e um desenvolvimento saudável a longo prazo. Há sinais de recuperação em termos de tráfego aéreo e o número de passageiros registou uma recuperação notável. Em relação ao transporte aéreo de carga, registou-se um crescimento considerável durante o período de Janeiro a Setembro, o volume de carga verificou um aumento cerca de 23%, em relação ao mesmo período do ano passado. Em Agosto foi assinado o contrato de concessão de exploração do serviço de transportes marítimos de passageiros entre a RAEM e o Terminal Marítimo do Aeroporto Internacional de Hong Kong, em Chek Lap Kok, que significa o início de uma nova era da exploração de transportes marítimos e aéreos entre Macau e Hong Kong e vem reforçar a complementaridade dos aeroportos das duas cidades.

O Governo incentivou os operadores dos serviços de telecomunicações a disponibilizarem o serviço de mensagens curtas internacionais aos clientes que utilizem o serviço de portabilidade de números, baixando as tarifas de mais de 20 serviços radioeléctricos, bem como reduzindo as despesas administrativas, técnicas e de exploração dos operadores. Após o reajustamento, a tarifa de telefone móvel passou a ser cobrada numa base mensal, o que permite elevar a taxa de penetração no mercado do telefone móvel.

O relatório do estudo de viabilidade sobre o projecto do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro Elevado em Macau foi concluído este ano por uma empresa de consultadoria contratada pelo Governo e contém dados técnicos relativos à introdução dum novo sistema de transporte colectivo urbano. O Governo pondera o reajustamento do planeamento de trânsito das zonas circundantes à Avenida da Amizade e à Praça de Ferreira do Amaral. Em Abril do corrente ano, o Governo e a CPM – Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L. assinaram um novo contrato de serviços. O Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento foi apreciado pelo Conselho Executivo. Para garantir uma maior segurança dos condutores e peões foi instalado, em Junho último, o sistema de detecção de transgressões à sinalização semafórica.

Através da revisão da legislação, foram simplificadas as formalidades para a aquisição de habitação económica e foi reduzido o tempo de espera. Publicou-se, em Abril do corrente ano,

a lista definitiva do terceiro concurso público de habitação económica, tendo, até Agosto último, cerca de 200 agregados familiares adquirido habitações. Os arrendatários de habitação social foram isentos do pagamento da renda mensal no primeiro trimestre e foram atribuídos fogos a agregados familiares de acordo com a ordenação na lista. Foram revistos uma série de decretos-leis, reguladores da habitação económica e da habitação social.

Para além de, com prudência, se continuar com a política de concessão de terrenos, foi criado no corrente ano um grupo de trabalho interdepartamental para estudar a revisão da Portaria n.º 230/93/M, que determina o cálculo do valor do prémio de concessão, de forma a promover o desenvolvimento estável e saudável do mercado imobiliário. O grupo de trabalho, depois de recolher opiniões e informações junto do sector imobiliário, da construção civil e das associações, concluiu o projecto referente à revisão da portaria. Foram escolhidos os terrenos para alienar em hasta pública a fim de testar a reacção do mercado.

Em Julho do corrente ano, a Autoridade Marítima da RPC e a Capitania dos Portos assinaram um acordo, no sentido de reforçar a cooperação nas áreas de gestão marítima, gestão e segurança da navegação. Na área da protecção ambiental, foram efectuados os trabalhos de acompanhamento da candidatura de Macau, junto das Nações Unidas, ao prémio de protecção ambiental. As áreas de Meteorologia, de Cartografia e Cadastro e de Correios têm desenvolvido diversas tarefas com o objectivo de elevar gradualmente a qualidade de serviços.

Com o fim de aliviar o encargo económico dos cidadãos e do sector comercial e industrial, o Governo impulsionou a CEM e a SAAM a aplicarem medidas de apoio à cobrança ou à redução de tarifas e continua a implementar diversas políticas que têm em conta a segurança de pessoas e bens e o desenvolvimento saudável do mercado de combustíveis.

O Conselho de Ciência e Tecnologia está a elaborar projectos de diplomas referentes ao regulamento de concessão de apoio financeiro pelo Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia. Aquele Conselho estuda, como sectores pilotos científicos e tecnológicos, a medicina natural e a protecção ambiental, entre outros, e iniciou os trabalhos de generalização científica e tecnológica através da colaboração com as associações sociais e os competentes serviços públicos.

As políticas de Transportes e Obras Públicas para o ano 2004 prosseguirão o objectivo de aperfeiçoamento das infra-estruturas para o desenvolvimento da cidade, o aumento do emprego, a melhoria do ambiente de comércio e a elevação da qualidade de vida da população, respeitando o calendário definido para o início das obras referentes a todas as áreas, garantindo o bom andamento e a qualidade da construção dos pavilhões dos Jogos da Ásia Oriental, das grandes infra-estruturas e das diversas obras públicas. Tendo em conta a continuidade dos empreendimentos relativos aos jogos e ao turismo, a concretização sucessiva do Acordo de Parceria Económica entre a República Popular da China e a RAEM, a política da autorização de visitas individuais dos residentes de certas cidades do Continente a Macau e a Hong Kong, é necessário reajustar, em tempo apropriado, as tarefas inerentes à área dos transportes e obras públicas e continuar a incentivar o investimento público, acelerando igualmente o

aperfeiçoamento das diversas instalações marítimas, aéreas e terrestres a fim de responder às necessidades reais.

Após a conclusão do edifício do novo Posto Fronteiriço, de acordo com o planeado, prevê-se a conclusão, no quarto trimestre de 2004, do terminal subterrâneo para veículos de transportes públicos e da praça em frente ao novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. A pavimentação da 3.ª ponte Macau-Taipa ficará realizada em pleno. Serão concluídos o alargamento do Estádio de Macau e o Pavilhão Polidesportivo do Tap Seac. Tendo em conta o lançamento de vários empreendimentos de grande dimensão em COTAI, será aperfeiçoado o planeamento urbanístico daquela zona, bem como as suas infra-estruturas acessórias.

A fim de impulsionar a integração da RAEM na rede de infra-estruturas rodoviárias do Delta do Rio das Pérolas, acompanhar-se-ão os trabalhos preparatórios da fase preliminar da construção da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e aprofundar-se-á o estudo sobre a introdução de um novo sistema de transporte colectivo urbano em Macau.

Tendo em conta a concretização do Acordo de Parceria Económica entre o Continente e a RAEM, será executado o aterro para a construção da zona industrial transfronteiriça na Ilha Verde e será estudada a execução do aterro para a construção da zona industrial de ciências e tecnologias em Pac On, na Taipa, criando assim as infra-estruturas de optimização do sector industrial de Macau. Paralelamente, será construída uma estação de tratamento de resíduos perigosos nas Ilhas no sentido de tratar o óleo residual industrial, os resíduos inflamáveis e perigosos que aumentam gradualmente, entre outros, e de garantir uma maior segurança da vida e dos bens dos cidadãos.

Manter-se-á o investimento público, gradualmente aperfeiçoar-se-ão as construções públicas, reforçar-se-ão continuadamente as infra-estruturas nas áreas da cultura e do turismo, assistência médica, saneamento básico, lazer, arranjo paisagístico da cidade e a criação de zonas verdes, com o objectivo de responder às necessidades do desenvolvimento social e económico e elevar a qualidade de vida dos cidadãos.

O Governo empenhar-se-á na simplificação dos trâmites administrativos e irá aprovar, com maior flexibilidade, os projectos e impulsionar a rápida concretização dos planos de investimento privados. Por outro lado, em 2004 será estudada a criação de um órgão consultivo de planeamento urbano para reforçar a comunicação e a interacção entre o Governo e os cidadãos.

Será feito um reajustamento adequado do trânsito, através do reordenamento mais profundo das diversas zonas urbanas e da remodelação do sistema rodoviário, no sentido de desenvolver as características específicas das zonas urbanas visando a elevação da qualidade de vida da população e o melhoramento do ambiente de comércio, de aperfeiçoar o planeamento de trânsito, as instalações para o estacionamento de veículos nos pontos turísticos e de continuar os trabalhos referentes a um concurso público para exploração de parques de estacionamento público e dos lugares com parquímetros na via pública. Serão aumentados os lugares de estacionamento público e os lugares de estacionamento para motociclos em diversas

zonas da cidade; está, igualmente, em fase de planeamento a construção de um parque de estacionamento para motociclos junto das Portas do Cerco.

Tendo em consideração o número cada vez maior de visitantes, irão ser elaborados estudos sobre a construção de um novo terminal marítimo de passageiros nas Ilhas, com o objectivo de aliviar a pressão do terminal marítimo do Porto Exterior. Além disso, de forma a dar resposta ao tratamento de resíduos resultantes do desenvolvimento do turismo e da cidade, iniciar-se-ão os trabalhos preparatórios referentes à ampliação da Central de Incineração, a fim de aumentar a sua capacidade e evitar, com antecedência, que atinja a sua capacidade máxima.

Na área do transporte aéreo, continuarão a desenvolver-se políticas liberais, impulsionando as companhias aéreas a reforçar a sua capacidade de transporte mediante o aumento do número de aviões, reapreciando-se o regime de cobrança de taxa do aeroporto, ampliando-se a placa Sul do aeroporto, incentivando-se mais companhias aéreas a utilizarem o Aeroporto Internacional de Macau, expandindo-se e aperfeiçoando-se progressivamente as redes de transporte aéreo de passageiros e de carga.

Em 2004, para além de se continuar a aperfeiçoar a legislação reguladora do sector das telecomunicações, iniciar-se-ão os trabalhos preparatórios relativos ao estudo do licenciamento dos serviços de telecomunicações de CDMA e 3G, tendo em conta as necessidades dos visitantes provenientes de diferentes países ou regiões que utilizam sistemas de comunicação diferentes relativamente aos serviços de telecomunicações prestados em Macau, após a liberalização do sector de turismo e de jogos.

O Governo continuará, com prudência, a desenvolver uma política de concessão de terrenos, acelerando os procedimentos de concessão de terrenos destinados às infra-estruturas de turismo e de jogos e acompanhará os casos de pagamento de prémios vencidos e em atraso. Quanto à política de habitação, o Governo irá lançar medidas para incentivar a reconstrução das zonas antigas, estudar a viabilidade de criação dum fundo de crédito para a conservação de edifícios e dar assistência aos cidadãos no tratamento dos assuntos de gestão habitacional através do reforço das competências do Instituto de Habitação.

Após o aperfeiçoamento do respectivo regime jurídico, em 2004 iniciar-se-ão os trabalhos preparatórios referentes à criação do Centro de Registo Internacional de Navios, intensificar-se-ão os trabalhos de gestão da zona marítima de Macau, reforçar-se-ão as patrulhas marítimas e a cooperação interdepartamental e aperfeiçoar-se-ão as actividades marítimas e o mecanismo de resposta rápida e eficaz aos pedidos relativos à segurança marítima e ao salvamento.

Na área da protecção ambiental, continuar-se-á a execução de diversas tarefas no sentido de fomentar o conceito de sensibilização da protecção ambiental e melhorar a qualidade de vida, realizar-se-ão os trabalhos da candidatura de Macau ao prémio de protecção ambiental junto das Nações Unidas, iniciar-se-ão progressivamente diversos estudos de protecção ambiental e dar-se-ão início aos trabalhos preparatórios da "Segunda Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável e as Empresas Verdes".

Tendo em conta a posição turística da RAEM, o Governo empenhar-se-á em promover a aplicação da Cartografia Digital Inteligente de Vias. Quanto aos serviços meteorológicos, preparar-se-á a criação de um banco de dados da RAEM sobre as fontes de poluição atmosférica. A par da adopção de uma série de medidas para melhorar a qualidade dos serviços de Correios, em 2004 será lançado o projecto experimental do serviço de certificação electrónica.

O Governo empenhar-se-á em incentivar as concessionárias a elevarem a qualidade dos serviços de electricidade e de água, ao mesmo tempo que se criarão condições para diminuir os encargos dos cidadãos e dos sectores comercial e industrial. Com o objectivo de promover o desenvolvimento saudável do mercado de combustíveis, o Governo envidará esforços no sentido de acompanhar a construção de um novo armazém de combustíveis em Ká-Hó, Coloane, e intensificará a fiscalização da importação, transporte e armazenamento de produtos combustíveis e perigosos, por forma a salvaguardar a segurança de pessoas e bens.

A fim de melhor promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, será criado o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia e será executado o aterro para a construção do Centro de Ciências de Macau.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2004, baseando-se nos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores e atendendo à nova conjuntura do desenvolvimento social e económico de Macau, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) procurará exercer uma fiscalização eficaz sobre as áreas mais expostas à corrupção, tomando as medidas preventivas necessárias. Por outro lado, proceder-se-á ao planeamento dos trabalhos da fase pré-eleitoral para as eleições da terceira Assembleia Legislativa da RAEM, que se realizarão em 2005, e valorizar-se-á o sistema da provedoria de justiça, promovendo a investigação de casos concretos e a análise dos regimes jurídicos da Administração e do seu funcionamento, de modo a erradicar gradualmente os maus hábitos persistentes na função pública. O CCAC organizará ainda acções de sensibilização e de educação em formas mais diversificadas e desenvolverá as relações comunitárias, procurando obter a colaboração dos funcionários públicos e o apoio da população em geral e promovendo, em múltiplas vertentes, uma rápida transformação de Macau numa cidade íntegra à escala internacional.

- Empreender um estudo profundo dos factores que possam desenvolver a corrupção e a fraude e definir as medidas preventivas e repressivas necessárias, persistindo no princípio de "dar o melhor de si para o combate à corrupção e de averiguar todos os casos de suspeitas fundamentadas", tendo em conta o desenvolvimento económico do território e a crescente intensificação das trocas económicas regionais;
- Alargar o leque de contactos e a cooperação a nível internacional e aperfeiçoar os mecanismos de troca de informações de todos os géneros;
- Proceder ao planeamento dos trabalhos preparativos para as eleições da terceira Assembleia Legislativa da RAEM, que se realizarão em 2005, e para a nova conjuntura resultante da liberalização da indústria do jogo;
- Corrigir as medidas administrativas inadequadas, através de uma investigação independente e imparcial, recorrendo a meios diversificados e de forma pragmática;
- Através da análise de diferentes regimes jurídicos, desenvolver estudos e análises profundos das leis e regulamentos das instituições e serviços públicos, especialmente dos mais directamente ligados à vida da população, e apresentar propostas de alteração relativamente às matérias que sejam omissas ou que estejam desactualizadas;
- Estabelecer parcerias com mais serviços públicos na análise do seu funcionamento e dos seus procedimentos, procurando aperfeiçoá-los nas suas vertentes mais abrangentes e elaborar orientações de funcionamento para áreas específicas;
- Definir normas orientadoras relativas à ética do servidor público, tomando como referência normas éticas da função pública dos países e territórios mais avançados e atendendo à realidade da região;
- Prestar serviços de consulta sobre matérias jurídicas e administrativas, dar a conhecer melhor à população o funcionamento da Administração Pública e reforçar a divulgação e a promoção das funções da provedoria de justiça;

- Reforçar a comunicação com os dirigentes e chefias dos serviços e, através da organização de *workshops*, em colaboração com os serviços, proporcionar às partes envolvidas um conhecimento mais profundo sobre as acções de combate à corrupção e sobre a função da provedoria de justiça, num esforço conjunto para melhorar o sentido de gestão da integridade dentro dos serviços públicos;
- Prosseguir a realização de palestras dirigidas a áreas específicas, nomeadamente sobre o combate à corrupção, em função das especificidades das diversas áreas em que os funcionários desempenham funções;
- Desenvolver o papel da delegação do CCAC na auscultação das opiniões e sugestões da população de forma mais próxima e directa, encorajar todos os sectores sociais a participar activamente na construção de uma sociedade íntegra e incutir nos jovens o conceito da honestidade e da integridade de forma mais diversificada.

Comissariado de Auditoria

Políticas e medidas do Comissariado de Auditoria para o ano de 2004

O Comissariado de Auditoria, após uma contínua investigação e recorrendo à prática adquirida nos três anos anteriores, conseguiu desempenhar com êxito o seu papel no ano de 2003 e cumprir as atribuições e competências que lhe estão conferidas por lei, desenvolvendo a actividade de fiscalização quanto à boa execução e às operações de finanças públicas.

O Comissariado executou rigorosamente as suas atribuições e competências, concentrando-se no desenvolvimento das três linhas mestras do trabalho de auditoria – Auditoria da Conta Geral, Auditoria Específica e Auditoria de Resultados. Após uma avaliação da sua experiência, o Comissariado conseguiu melhorar a qualidade das suas acções de auditoria, cumprindo o seu principal objectivo, ou seja, desempenhar o seu papel com maior eficiência e rentabilidade.

A prática adquirida ao longo dos anos permitiu ao Comissariado conhecer e compreender integralmente a forma de funcionamento e as características do sistema de finanças públicas da RAEM. Este conhecimento possibilitou-lhe o estabelecimento gradual de um esquema organizado de auditoria, fixando procedimentos adequados ao sistema de gestão das finanças públicas da Região. Em 2003 foram investidos inúmeros recursos na apreciação da Conta Geral da RAEM e da Conta de Gerência dos vários serviços autónomos. O alargamento do âmbito de recolha de amostras permitiu analisar, de forma mais aprofundada, o sistema de gestão de conta financeira, o que possibilitou a apresentação de sugestões que conduziram à realização de auditorias mais objectivas e profissionais, proporcionando aos serviços da Administração Pública uma melhor aplicação dos recursos financeiros e o aumento da sua qualidade de gestão. Com o objectivo de desenvolver plenamente as sugestões de auditoria apresentadas, o Comissariado continua a manter um contacto bilateral com os serviços públicos, através dos encontros com os dirigentes dos mesmos, procurando sempre que os serviços compreendam perfeitamente o ponto de vista e a posição do Comissariado, de forma a alcançar o consenso relativamente às sugestões de auditoria e a melhorar a gestão das contas financeiras. É com grande satisfação que verificamos que, através dos esforços conjuntos dos serviços nos últimos quatro anos, a grande maioria dos serviços da Administração Pública procurou cumprir o objectivo de gerir os recursos de uma forma mais rigorosa e rentável.

Além de uma apreciação global da auditoria da Conta Geral da RAEM, o Comissariado desenvolveu uma análise rigorosa das matérias identificadas na auditoria financeira, mediante a figura da Auditoria Específica. Os dois relatórios de Auditoria Específica publicados em 2003 permitem-nos perceber que as Auditorias Específicas tanto se podem centrar num só serviço, mediante a análise detalhada dos sistemas de gestão financeira da subunidade seleccionada, identificando as insuficiências e apresentando sugestões de auditoria para melhorar as suas deficiências, como se podem centrar numa só questão concreta. Neste último caso, através do estudo de uma das fases do sistema de finanças públicas, decifram-se as suas relações internas, equacionam-se as vantagens e desvantagens dos actuais procedimentos e, por fim, apresentam-se sugestões de auditoria com vista a assegurar a legalidade, oportunidade e eficácia relativa das operações financeiras.

A Auditoria Específica ao "Fundo de Turismo", incidiu sobre o controlo da execução do orçamento, a conformidade das disposições legais, a gestão financeira, o controlo interno e o procedimento de gestão e liquidação de despesas do Fundo.

Com a Auditoria Específica à "Execução das Despesas Orçamentais" fez-se uma profunda análise à actual situação da execução das despesas orçamentais dos serviços da Administração Pública. Esta auditoria permitiu analisar de forma global e concreta a matéria alvo, tendo por base a satisfação dos requisitos legais exigidos, e a apresentação de várias soluções específicas para resolver as dificuldades comuns. Deste trabalho resultou ainda a criação de um "Modelo ideal de execução das despesas orçamentais" para os serviços públicos consultarem, com vista a melhorar o funcionamento dos serviços e a optimizar a sua gestão orçamental.

A Auditoria de Resultados desempenha um papel muito importante relativamente à dicotomia proveito/custos, ao aumento da eficiência no trabalho e ao nível de poupança dos serviços da Administração Pública. Relativamente às questões que mais preocupam os cidadãos e a sociedade foram elaborados trabalhos específicos de auditoria, mediante uma análise concreta e estudos sobre os diversos serviços, tendo sido apresentadas sugestões possíveis para a resolução dos problemas existentes, a fim de melhorar a aplicação dos fundos públicos.

Em 2003, o Comissariado realizou várias Auditorias de Resultados, tendo elaborado os respectivos relatórios que, após a recolha das opiniões dos "sujeitos a auditoria" sobre os resultados e as sugestões que lhes foram apresentados, irão ser submetidos à apreciação do Chefe do Executivo.

A formação de pessoal é um dos objectivos principais e permanentes do Comissariado, porque só através destas acções de formação contínua, os auditores podem adquirir novos conhecimentos e técnicas profissionais, bem como desenvolver uma maior sensibilidade para executar com êxito o trabalho de auditor na RAEM. Em 2003, o Comissariado, além de realizar vários cursos de formação internos, também proporcionou aos auditores a possibilidade de participarem em cursos de formação no exterior, alargando assim o seu horizonte profissional.

Participar nas conferências internacionais e em actividades de intercâmbio, não só aumenta a comunicação e a troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais de auditoria da RAEM, da RPC e de países estrangeiros, como também ajuda a promover a imagem do Comissariado. No corrente ano, o Comissariado de Auditoria participou nas conferências realizadas pelo INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions) e ASOSAI (Asian Organization of Supreme Audit Institutions). Além disso, por ocasião da celebração do seu vigésimo aniversário, o Comissariado de Auditoria da RPC realizou uma exposição de quadros, caligrafias chinesas e fotografias, na qual os trabalhadores deste Comissariado também apresentaram trabalhos, com o objectivo de participarem na comemoração.

A fim de aumentar o conhecimento do público sobre o Comissariado de Auditoria, durante o ano de 2003, este organismo desenvolveu várias actividades promocionais e de intercâmbio em diferentes áreas. Procedemos ainda à renovação contínua da sua homepage, com vista a torná-la mais atractiva para os cidadãos e permitindo que estes aí expressem as suas opiniões,

bem como participámos em seminários organizados pelos profissionais da área da auditoria e por instituições públicas, apresentando-lhes o que tem sido feito na área da auditoria pelo Governo da RAEM numa perspectiva global, com o objectivo de dar a conhecer as suas atribuições e funções às diferentes classes sociais. Este procedimento de intercâmbio mútuo possibilita a recolha de várias opiniões e respostas, as quais servem de importante referência para as acções de auditoria.

No próximo ano, o Comissariado de Auditoria vai seguir o princípio "analisar o passado para construir o futuro", cumprindo totalmente as suas atribuições.

Após o lançamento das bases da Auditoria da Conta Geral da RAEM, este Comissariado de Auditoria vai continuar a introduzir a metodologia de análise adoptada pelos Governos dos outros países na realização dos trabalhos de auditoria, esforçando-se por diminuir a margem de erro nas análises feitas no âmbito da auditoria, com o objectivo de assegurar a melhor utilização dos recursos existentes e a sua capacidade, de modo a aumentar o indicador de estabilidade das contas do Governo.

Relativamente à aplicação dos recursos do Governo, questão que preocupa a sociedade e os cidadãos, o Comissariado de Auditoria vai afectar mais recursos ao desenvolvimento de auditorias em diversas áreas, no ano de 2004. Conforme as características da Auditoria Específica e da Auditoria de Resultados, o Comissariado de Auditoria vai apresentar sugestões de auditoria mais pertinentes e adequadas aos vários serviços da Administração Pública, melhorando assim o aproveitamento dos recursos públicos e obtendo uma melhor gestão da conta financeira.

Além de reforçar a comunicação com a população, o Comissariado de Auditoria continuará também a estabelecer a comunicação com os vários serviços da Administração Pública e a realizar diversas actividades promocionais e de intercâmbio para os diferentes níveis de trabalhadores daquela, nomeadamente, distribuindo brochuras e folhetos relativos à gestão da conta financeira dos Serviços e introduzindo artigos sobre auditoria nas publicações da Administração Pública. Com estas iniciativas, o Comissariado de Auditoria pretende aprofundar o mútuo conhecimento, esperando, através deste, tornar mais eficazes as sugestões de auditoria apresentadas, bem como obter um aproveitamento racional dos recursos públicos e uma gestão financeira adequada.

Para fazer face aos novos desafios, às necessidades da população e à necessidade de acompanhamento da evolução da sociedade, o Comissariado de Auditoria vai reforçar a formação profissional do pessoal, continuando esta a ser uma prioridade na sua actuação. Por outro lado, o Comissariado de Auditoria vai desenvolver acções de cooperação com as instituições da RAEM, da RPC e de países estrangeiros, com vista à realização conjunta de seminários e cursos de formação, permitindo ao seu pessoal adquirir novos conhecimentos profissionais e aumentar a sua capacidade técnica, ficando, assim, melhor preparados para enfrentar novos desafios.

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2004

— Síntese —

PROJECTO DE ORÇAMENTO
DAS RECEITAS E DESPESAS
PARA O ANO ECONÓMICO DE 2004

- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2004 Proposta
RECEITAS CORRENTES	**13,247,679,700.00**
01 - Impostos Directos	10,969,326,000.00
02 - Impostos Indirectos	870,679,000.00
03 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	319,228,500.00
04 - Rendimentos de Propriedade	649,810,000.00
05 - Transferências	376,508,300.00
06 - Venda de Bens Duradouros	300,000.00
07 - Venda de Serviços e Bens não Duradouros	34,727,900.00
08 - Outras Receitas Correntes	27,100,000.00
RECEITAS DE CAPITAL	**60,500,000.00**
09 - Venda de Bens de Investimento	500,000.00
10 - Transferências	-
11 - Activos Financeiros	-
12 - Passivos Financeiros	-
13 - Outras Receitas de Capital	-
Saldos dos anos económicos findos	-
14 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos	60,000,000.00
15 - **Contas de Ordem**	**2,468,724,100.00**
TOTAL	**15,776,903,800.00**

DESIGNAÇÃO DA DESPESA		OR/2004 Proposta
01-01	Governo da RAEM	**11,055,000.00**
01-02	Gabinete do Chefe do Executivo	**100,898,900.00**
01-03	Sec. Conselho Executivo	**6,291,800.00**
01-06	Gab.Sec.para a Administração e Justiça	**19,329,300.00**
01-07	Gab.Sec.para a Economia e Finanças	**74,470,300.00**
01-08	Gab.Sec.para a Segurança	**18,327,800.00**
01-09	Gab.Sec.para os Assuntos Sociais e Cultura	**2,395,450,800.00**
01-10	Gab.Sec.para os Transportes e Obras Públicas	**75,576,100.00**
01-11	Gab. Coordenadores de Empreendimentos	**31,744,100.00**
01-12	Delegação Económica e Comercial de Macau-China, em Portugal	**12,386,100.00**
01-13	Delegação Económica e Comercial de Macau (Junto da União Europeia)	**5,400,000.00**
01-15	Delegação da RAEM em Pequim	**21,765,000.00**
01-17	Del. Económica e Comercial de Macau junto da OMC	**9,326,800.00**
03-00	Dir. Serv. Administração e Função Pública	**117,597,900.00**
05-00	Dir. Serv. Educação e Juventude	**1,003,533,500.00**
07-00	Dir. Serv. Estatística e Censos	**78,286,000.00**
09-00	Dir. Serv. Finanças	**186,676,000.00**
11-00	Pensões e Reformas	**7,150,000.00**
12-00	Despesas Comuns	**2,839,030,800.00**
13-00	Gab. Apoio ao Ensino Superior	**17,397,200.00**
18-00	Dir. Serv. Identificação	**56,777,200.00**
19-00	Dir. Serv. Economia	**89,588,200.00**
20-00	Estabelecimento Prisional de Macau	**125,333,900.00**
21-00	Serv. Alfândega da RAEM	**251,651,700.00**
22-00	Dir. Serv. Meteorológicos e Geofísicos	**34,918,300.00**
23-00	Dir. Serv. Turismo	**93,749,100.00**
24-00	Gabinete de Comunicação Social	**52,578,300.00**
25-00	Serviços de Polícia Unitários	**18,700,000.00**
26-00	Dir. Inspecção e Coordenação de Jogos	**64,134,900.00**
27-00	Capitania dos Portos	**84,503,000.00**
28-00	Dir. Serv. Forças de Segurança de Macau	**1,136,658,600.00**
29-00	Dir. Serv. Trabalho e Emprego	**100,000,000.00**
30-00	Conselho dos Magistrados Judiciais	**620,000.00**
31-00	Dir. Serv. Cartografia e Cadastro	**33,367,700.00**
32-00	Polícia Judiciária	**153,616,600.00**
34-00	Dir. Serv. de Assuntos de Justiça	**149,404,000.00**
35-00	Dir. Serv. Solos, Obras Públicas e Transportes	**116,933,600.00**
37-00	Instituto do Desporto	**40,347,100.00**
38-00	Instituto Cultural	**103,604,100.00**
40-00	Investimentos do Plano	**3,570,000,000.00**
50-00	**Contas de Ordem**	**2,468,724,100.00**
TOTAL		**15,776,903,800.00**